



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

**Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências**

**Giovana Bispo Machado**

A MINUSTAH SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS  
*PEACEKEEPERS* BRASILEIRAS E A PROBLEMÁTICA DOS ABUSOS E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES HAITIANAS

**MARÍLIA-SP**  
**2023**

Giovana Bispo Machado

A MINUSTAH SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS  
*PEACEKEEPERS* BRASILEIRAS E A PROBLEMÁTICA DOS ABUSOS E  
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES HAITIANAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Conselho de Curso de Relações  
Internacionais da Faculdade de Filosofia e  
Ciências, da Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus  
de Marília), para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

MARÍLIA

2023

M149m Machado, Giovana Bispo

A MINUSTAH sob a perspectiva de gênero : A participação das peacekeepers brasileiras e a problemática dos abusos e exploração sexual de mulheres haitianas / Giovana Bispo Machado. -- Marília, 2023

54 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

1. MINUSTAH. 2. Gênero. 3. Nações Unidas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Giovana Bispo Machado

**A MINUSTAH sob a perspectiva de gênero:**

A participação das *peacekeepers* brasileiras e a problemática dos abusos e exploração sexual de mulheres haitianas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em de Relações Internacionais.

Área de Concentração: Relações Internacionais

Banca Examinadora

Profº. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar  
UNESP – Câmpus de Marília  
Orientador

Drª. Giovanna Ayres Arantes de Paiva  
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP – UNICAMP – PUC/SP)

Mestranda Victoria Mossini Augusto  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Unesp - FFC - Câmpus de Marília

Marília, 27 de janeiro de 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus quatro anos de graduação não teriam sido os mesmos se eu não tivesse uma rede de apoio tão admirável quanto a que eu tenho. Serei eternamente grata a Deus por ter me rodeado de pessoas que me amam e me querem bem. A Ele também agradeço por estar sempre comigo, nos meus altos e baixos, sem me desamparar em nenhum momento.

Registro aqui também os meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Sérgio e Eunice, que nunca mediram esforços para que os estudos fossem uma prioridade para mim e para minha irmã. O caráter deles e os seus ensinamentos me inspiram e me tornaram quem eu sou hoje, é deles que vem a força para eu nunca desistir dos meus sonhos.

À Gabriela gostaria de agradecer por ter me escolhido como irmã. Obrigada por me amar, mesmo com nossas brigas, por acreditar no meu potencial, por me oferecer seu ombro pra chorar e me fazer enxergar o lado bom da vida.

Sempre estive rodeada de mulheres fortes, as quais gostaria de um dia ter ao menos uma fração da sua força, coragem e determinação. Faço um agradecimento especial à minha mãe e às minhas avós, Dona Lourdes e Dona Aureluz. O meu coração se enche de orgulho por descender de mulheres que me inspiram a não desistir nem desanimar, o abraço de vocês sempre será o meu lugar favorito.

Ainda que não fisicamente presente, Aureluz, sempre estará no meu coração e tenho certeza de que estaria orgulhosa dessa minha conquista. Agradeço a ela por ter me amado tanto, por cada bolachinha de nata e cada momento que passamos juntas. A vida não é fácil sem você, mas como a senhora nos ensinou: tem que continuar!

Serei sempre grata também à Sthéfani e Inara por dividirem a faculdade e a vida comigo. Cada uma de vocês tornaram essa jornada muito melhor e mais alegre. Agradeço vocês por terem sido minhas confidentes, me aconselharem e por todo apoio que me deram.

Ao meu namorado, Edson, agradeço por me amar e por ter escolhido construir uma relação tão recíproca, respeitosa e acolhedora entre nós dois. Te agradeço por confiar no meu potencial, por toda ajuda prestada e incentivo até aqui. Te amo!

Ao meu orientador agradeço a paciência e todo conhecimento dividido comigo ao longo da graduação e na realização deste trabalho.

Por fim, deixo os meus agradecimentos à FFC, que ao longo desses anos me proporcionou conhecer o mundo e outras realidades a partir de diferentes perspectivas, professores e amigos.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa analisar a atuação das mulheres brasileiras na promoção de uma agenda de paz e segurança a partir da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a problemática do abuso e exploração sexual durante o mandato da operação de paz. Dessa maneira, o estudo utiliza a abordagem das correntes feministas nas Relações Internacionais para desconstruir a realidade posta às relações de poder e a forma pela qual a hierarquia de gênero é uma questão evidente, sobretudo, nas questões de militarização. Assim sendo, recorre-se à realização de uma pesquisa qualitativa e analítico-descritiva, bem como à fontes primárias e dados empíricos como forma de avaliar a gradativa inserção da presença feminina enquanto agentes nas zonas de conflito e a importância de Resoluções da ONU e da criação da agenda “Mulheres, Paz e Segurança” em tentar diminuir a desigualdade de gênero nos contingentes militares do Brasil e casos de abuso e exploração sexual.

**Palavras-chave:** MINUSTAH; Gênero; Nações Unidas; Resolução 1325.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to analyze the role of Brazilian women in promoting a peace and security agenda through the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) and the problem of sexual abuse and exploitation during the peace operation's mandate. In this way, the study uses the approach of feminist currents in International Relations to deconstruct the reality posed to power relations and the way in which gender hierarchy is an evident issue, especially in militarization issues. Therefore, a qualitative and analytical-descriptive research is used, as well as primary sources and empirical data as a way to evaluate the gradual insertion of the female presence as agents in conflict zones and the importance of UN Resolutions and the creation of the “Women, Peace and Security” agenda in trying to reduce gender inequality in Brazil's military contingents and cases of sexual abuse and exploitation.

**Keywords:** MINUSTAH; Gender; United Nations; Resolution 1325.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

|                                            |    |
|--------------------------------------------|----|
| Figura 1: Mapa da República do Haiti. .... | 21 |
|--------------------------------------------|----|



## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH – 2007-2017 (%) ..... | 36 |
|----------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|           |                                                        |
|-----------|--------------------------------------------------------|
| BRABAT    | Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz      |
| CSNU      | Conselho de Segurança das Nações Unidas                |
| EUA       | Estados Unidos da América                              |
| HIV/AIDS  | Síndrome da Imunodeficiência Humana                    |
| IST       | Infecções sexualmente transmissíveis                   |
| MINUSTAH  | Missão De Estabilização Das Nações Unidas Para O Haiti |
| MINUJUSTH | Missão De Apoio À Justiça No Haiti                     |
| MPS       | Mulheres, Paz e Segurança                              |
| ONU       | Organização das Nações Unidas                          |
| OEA       | Organização dos Estados Americanos                     |
| PNH       | Polícia Nacional Haitiana                              |
| VSN       | Voluntários de Segurança Nacional                      |

## SUMÁRIO

|                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                         | 10 |
| 1 CAPÍTULO 1: ESTUDO DE GÊNERO E AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS<br>OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU .....              | 13 |
| 2 CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRIA DO HAITI.....                                                               | 21 |
| 2.1 Uma revolução por escravos .....                                                                     | 21 |
| 2.2 Intervenção militar estadunidense (1915-1934) .....                                                  | 24 |
| 2.3 Dinastia Duvalier (1957-1986) .....                                                                  | 25 |
| 2.4 Da redemocratização à MINUSTAH (1990-2004) .....                                                     | 28 |
| 3 CAPÍTULO 3: A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA MINUSTAH.....                                                   | 30 |
| 3.1 O histórico da MINUSTAH .....                                                                        | 30 |
| 3.2 Atuação das <i>peacekeepers</i> brasileiras na MINUSTAH .....                                        | 33 |
| 3.3 Abusos e exploração sexual contra as mulheres haitianas por <i>peacekeepers</i> da<br>MINUSTAH ..... | 39 |
| CONCLUSÃO .....                                                                                          | 46 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                                         | 48 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do papel das mulheres na promoção de uma agenda de paz e segurança na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da problemática dos abusos e exploração sexual durante o mandato da missão. Por várias décadas, questões de política, principalmente de segurança internacional foram tratadas pela lógica do gênero masculino, relegando às mulheres um papel secundário nas instâncias de poder e de tomada de decisão, sendo desconsideradas também sua capacidade de atuar militar ou civilmente diante de cenários de guerra ou conflito.

A mudança dessa perspectiva somente foi possível com o surgimento das correntes do pensamento feminista. Tendo em vista seu papel primordial, no primeiro capítulo do presente trabalho de conclusão de curso são apresentadas as principais reflexões suscitadas pelas correntes feministas nas Relações Internacionais, cuja categoria central de análise – o gênero – contribui para questões ainda muito masculinizadas, como é o caso da segurança internacional. Apesar do estudo de gênero ainda ser muito negligenciado na disciplina, tem ganhado espaço em suas discussões. Sendo assim, o comprometimento com a igualdade de gênero deve ser um objetivo constante e uma pauta a ser debatida com atenção. No que tange à essa questão, não é possível desconsiderar as relações sociais desiguais e discriminatórias que ainda resistem nas operações de paz e nas sociedades envoltas em conflitos.

As missões de paz foram aprovadas em 1948 pelo Conselho de Segurança, dentro do contexto da Guerra Fria, tinham a princípio o objetivo de lidar com conflitos regionais e resolvê-los pacificamente (SARWAR, 2007). Dessa maneira, sua atuação compreende a ajuda humanitária no que tange a garantir e proteger os direitos humanos. Com o fim da bipolaridade e desmembramento do bloco soviético, a atuação das operações de paz se multiplicou, estando em vigor, entre 1989 a 1944, o mandato de vinte operações de paz devido ao surgimento de conflitos internos e entre os países que se tornaram independentes após o término do regime comunista (YILMAZ, 2005). Apesar disso, a presença das mulheres nesses espaços era irrisória, como é possível entender ao se ter conhecimento de que apenas 1% dos contingentes militares eram compostos por mulheres em 1993 (DEPARTMENT OPERATIONS, [2022]).

Tendo isso em vista, a aprovação da Resolução 1325/2000 do CSNU, que inseriu o tema Mulheres, Paz e Segurança, foi um importante passo para mudar os rumos que a questão tinha tomado até então. Havia sido a primeira vez em que se reconhecia a importância de uma política de gênero no contexto de manutenção da paz e segurança internacional, não apenas no curso da missão de paz, mas também no pós conflito. Tal documento determina que as mulheres atuem

como agentes na construção da paz, na proteção das violações de direitos humanos, e na promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação de gênero (ONU MULHERES, 2014).

Entre as operações que levaram em consideração a mencionada resolução está a Missão das Nações Unidas para a Estabilização (MINUSTAH) do Haiti, criada em 2004 a fim de restabelecer a ordem política após a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristides. Embora o foco do presente trabalho tenha sido realizar uma investigação a respeito dos abusos e da violência sexual a partir da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), bem como da atuação que as mulheres brasileiras tiveram na promoção de uma agenda de paz e segurança e a forma pela qual direcionou ações a proteger as mulheres haitianas, foi necessário que os antecedentes que levaram à criação da operação de paz fossem incluídos a fim de fornecer o contexto que a precede.

Nesse sentido, o segundo capítulo apresenta um breve histórico do Haiti, passando desde a sua independência, intervenções estrangeiras, ditaduras, sucessivas mudanças de presidentes e rivalidades políticas. Na esteira dos fatos, consequências econômicas, sociais e políticas foram desencadeadas diante desse cenário de grandes instabilidades, com as quais a nação haitiana ainda precisa lidar. A MINUSTAH, portanto, surgiu após um período intenso de crise política, que justificou a necessidade de se estabelecer uma missão de paz no país.

Durante os treze anos em que se manteve ativa, a Missão das Nações Unidas para Estabilização Haiti teve como objetivo a proteção dos civis. Nesse sentido, a sua atuação compreendeu a execução de medidas voltadas a suplantar a vulnerabilidade a que muitas mulheres no país estavam sujeitas como uma das maneiras de o reconstruir. Assim sendo, o parâmetro usado em muitas das resoluções sobre gênero e operações de paz ao longo do mandato da MINUSTAH foi a já mencionada Resolução 1325. Apesar disso, percebe-se que os contingentes militares contavam com a presença irrisória de mulheres pacificadora e que não foi suficiente para impedir que uma grande quantidade de casos de violência sexual ocorresse por *peacekeepers* homens, cuja função a que foram encarregados deveria ser a de proteger as meninas e mulheres haitianas e não a de perpetuar a violação de seus direitos.

Tendo isso em vista, o último capítulo propõe-se a explicar em maiores detalhes os objetivos e o papel desempenhado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, destacando o importante engajamento brasileiro no emprego de soluções pacíficas negociadas em acordos internacionais e a sua expressiva atuação na liderança da operação de paz. Além disso, enfatiza-se que a conjuntura social, política e econômica do Haiti endossou a perpetração

do abuso e da exploração sexual de mulheres e meninas no Haiti, tornando-se não somente vítimas do sistema, como também dos soldados da Missão.

## 1 CAPÍTULO 1: ESTUDO DE GÊNERO E AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Apesar de importantes, as questões relacionadas à gênero são frequentemente negligenciadas nas Relações Internacionais (RI) e mais ainda em campos majoritariamente masculinos, como o militar. Nesse sentido, as mulheres assumem muitas vezes um papel secundário, raramente ocupando posições mais altas na hierarquia e na formulação de políticas de segurança internacional. O presente trabalho lança mão das contribuições da perspectiva feminista nas Relações Internacionais para avaliar as questões de gênero nas Operações de Paz da Organizações das Nações Unidas, voltando seu olhar para a participação das mulheres *peacekeepers* e violência sexual de mulheres haitianas a partir dos componentes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Assim sendo, recorre-se à realização de uma pesquisa qualitativa e analítico-descritiva, bem como à fontes primárias e dados empíricos com o objetivo de avaliar a gradativa inserção da presença feminina enquanto agentes nas zonas de conflito e a importância de Resoluções da ONU e da criação da agenda “Mulheres, Paz e Segurança” em tentar diminuir a desigualdade de gênero nos contingentes militares do Brasil na MINUSTAH, bem como investigar a problemática dos abusos e exploração sexual ocorridos durante o período em que manteve-se ativa e sua relação com a presença dos militares no país.

À discussão empreendida torna indispensável introduzir a noção de gênero, que apesar de empregada como sinônimo de sexo, possui um significado muito mais amplo. Isso porque, não se restringe às categorias biológicas de masculino e feminino, mas concerne a uma construção social que atribui comportamentos e expectativas que diferenciam masculinidade e feminilidade. Dessa maneira, cada cultura determina as características, papéis e identidades que são próprias ao masculino e feminino (PETERSON, RUNYAN, 1999). Laura Sjoberg (2010) afirma que o gênero cria uma hierarquia social na qual a masculinidade e atributos que lhes são associados tendem a receber maior relevância. Prevalece, por exemplo, a racionalidade, ambição e força em detrimento da emotividade, passividade e fraqueza, que são traços associados à feminilidade (JACKSON, SØRENSEN, 2018).

Dessa maneira, as lentes usadas neste trabalho colocam o gênero sob uma perspectiva central, a partir do qual observa-se o estabelecimento de relações de poder e torna-se possível analisar os processos que ocorrem a nível internacional (SJOBERG, 2010). O enraizamento das desigualdades de gênero pressupõe desigualdade para as mulheres e dominação masculina (TICKNER, 1992). Apesar disso, é importante ressaltar que o gênero não é vivenciado

igualmente por todas as pessoas ou mulheres, na verdade, existe uma multiplicidade de perspectivas baseadas em gênero, como aponta Sjoberg (2010, p. 3, tradução nossa):

Como uma característica estrutural da vida social e política, gênero é “um conjunto de discursos que representam, constroem, mudam e reforçam o significado social”. O feminismo, então, “não é apenas sobre mulheres, nem a adição de mulheres a construções masculinas; trata-se de transformar modos de ser e saber” à medida que os discursos de gênero são compreendidos e transformados. Portanto, não há uma experiência de gênero da política mundial, mas muitas. Por extensão, não há uma perspectiva baseada em gênero em RI ou segurança internacional, mas muitas.

O enfoque no gênero pelas abordagens feministas nas Relações Internacionais concentra-se em explorar as assimetrias existentes entre homens e mulheres, cujas consequências são observadas, entre outros âmbitos, na política mundial. O feminismo na disciplina ganhou força na década de 1990, contrapondo-se ao “modo masculino de olhar o mundo” (JACKSON, SØRENSEN, 2018), a partir do qual deixa-se à margem questões de cunho social e, sobretudo, as de gênero e as consequências que a hierarquia de gênero tem nas instâncias de poder e de tomada de decisão. Como afirma Monte (2013, p. 61), as abordagens feministas encarregam-se não somente do importante papel “de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa, na qual hierarquias, de gênero, classe ou raça, não estejam presentes.”

Assim sendo, as correntes feministas trazem uma nova perspectiva à estruturação da política internacional ao levar em consideração que as questões políticas e securitárias também têm implicações sobre as mulheres. Muitas delas enfrentam violências de todos os tipos diariamente e têm os seus direitos constantemente violados em zonas de conflito ou onde quer que estejam. Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (2021), um terço das mulheres no mundo, aproximadamente 736 milhões, sofrem violência física ou sexual ao longo da vida (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021). Dessa maneira, torna-se importante desmasculinizar essas questões, que foram em boa parte da história contada e interpretada única e exclusivamente por homens.

Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. (SCOTT, 1992).

Por muito tempo as mulheres foram relegadas a um papel secundário enquanto atores das relações internacionais, justamente por haver uma construção patriarcal em torno da



hierarquia de gênero que estabelece os papéis a serem desempenhados por homens e por mulheres. Nesse sentido, as teorias feministas divergem das teorias tradicionais das Relações Internacionais ao posicionar-se no sentido de pôr luz à questão de gênero, que tem sido repetidamente ocultada pelos teóricos convencionais. Não somente, mas sobretudo no que tange às questões securitárias, desconsidera-se que as mulheres são atingidas pelas políticas globais e possuem agência para participar das tomadas de decisão.

A segurança realista baseia-se na defesa militar de Estados numa hierarquia internacional; mas isso oculta a existência permanente de uma hierarquia de gênero na política mundial no sentido de que a proteção em relação a uma ameaça externa é também a proteção de uma jurisdição doméstica que garante a persistente subordinação das mulheres (SYLVESTER, 1994 apud JACKSON, SØRENSEN, 2018, p. 335)

Dessa maneira, as abordagens feministas são capazes de contribuir e conduzir as RI, desconstruindo a forma masculinizada com que o Estado moderno foi configurado e mantém estruturas patriarcais já naturalizadas. Apesar da considerada neutralidade dos conceitos “Estado, guerra e paz”, tais acarretam uma elevada carga de construções de gênero, capazes de impactar politicamente, em maior ou menor grau - a segurança de todos, mas principalmente das mulheres. Dessa maneira, a formação do Estado pressupõe lugares diferentes a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade, colocando os homens, enquanto parte do corpo militar, de heróis, enquanto as mulheres são tratadas como se precisassem ser defendidas e protegidas por eles (CARLUCCIO, 2020).

Em *Gender in international relations feminist*, de 1992, a teórica feminista anglo-americana de relações internacionais, Judith Ann Tickner, buscou introduzir gênero como uma categoria de análise na disciplina de RI e levar em consideração a importância das experiências das mulheres na construção das diversas correntes feministas. Como a autora discorre, a condução da política externa e militar sempre foi uma atribuição masculina, bem como o seu campo de análise: as Relações Internacionais. Nesse sentido, os cargos políticos e militares são ocupados majoritariamente por homens, tendo em vista que se convencionou associá-los a um comportamento mais racional, sem margens para emotividade, valorizando-se demonstrações de força e poder, enquanto a mulher sempre esteve sujeita a comportamentos como emotividade, vulnerabilidade, passividade e maternidade. Consequentemente, hierarquias de gênero foram desenvolvidas com tamanha intensidade que o que é caracterizado como masculino assume um elevado grau de superioridade, menosprezando-se as mulheres como atores significativos para as Relações Internacionais.

Tendo isso em vista, percebe-se que há uma acentuada disparidade no que tange a presença de mulheres no campo militar. Isto porque, a inserção das mulheres nesse meio demorou para ocorrer. Como aponta Tickner (1992), o papel das mulheres na segurança nacional tem sempre as colocado em uma posição na qual o Estado e seus homens precisam necessariamente as defender. Essa é uma ideia compartilhada pela também cientista política e teórica feminista das Relações Internacionais, Cynthia Enloe, em seu livro intitulado *Bananas, Beaches and Bases: Make Feminist Sense of International Relations* (2014). Nas palavras da autora, “homens vivendo em um mundo perigoso são comumente vistos como protetores naturais. Mulheres vivendo em um mundo perigoso são supostamente quem precisa de proteção” (ENLOE, 2014, p. 31, tradução nossa). A consequência disso é usada para reafirmar a masculinidade enquanto coloca a maioria das mulheres e sua feminilidade em uma condição subordinada.

Nesse mesmo livro, a autora tece importantes reflexões que se fazem pertinentes para a realização deste trabalho. Enloe (2014) reforça que apesar da grande relevância que a questão de gênero possui, há ainda pouco espaço de discussão em RI. Sua tentativa consiste em mudar o foco do que é convencionalmente considerado espaços políticos e mostrar que mesmo neles existem dinâmicas políticas ligadas à gênero e que servem ao *status quo*. Dessa maneira, reforça que as mulheres ocupam uma posição de subalternidade em diferentes áreas, mesmo sendo cruciais, inclusive para a investigação do sistema político internacional, ou seja, traz a importante observação de que “o pessoal é internacional” e que o “internacional é pessoal”.

Isto é, fazer sentido útil – sentido feminista – da política internacional exige que sigamos diversas mulheres para lugares que são geralmente descartados por especialistas convencionais em assuntos estrangeiros como meramente “privados”, “domésticos”, “locais” ou “triviais”. Como veremos, no entanto, uma discoteca pode se tornar uma arena para a política internacional. Assim como a cozinha de outra pessoa ou o seu próprio armário. (ENLOE, 2014, p. 3, tradução nossa).

Em conformidade com isso e com os objetivos deste trabalho, um dos assuntos a que se debruça o feminismo na arena internacional diz respeito à participação de militares em operações de paz e o fato de perpetrarem violações contra civis em países em conflito ou pós conflito. Por esse viés, um conceito importante que Enloe se dedicou ao longo de sua trajetória acadêmica foi o de militarização enquanto “um conjunto de ideias masculinizantes que estão entrelaçadas à sociedade” (MONTEIRO, ZUCATTO, 2020). Refere-se, portanto, à junção de suposições, valores e crenças formados segundo princípios que abrangem:

a) a força armada é a melhor maneira de resolver tensões; b) a natureza humana é propensa ao conflito; c) ter inimigos é uma condição natural; d) as relações hierárquicas produzem ação efetiva; e) um Estado sem um exército é ingênuo, pouco moderno e ilegítimo; f) em tempos de crise aqueles que são femininos precisam de proteção armada; e g) em tempos de crise qualquer homem que se recuse a praticar ações violentas está comprometendo seu próprio status como um homem viril (ENLOE, 2014, p. 7, tradução nossa).

No processo de militarização do gênero, os homens sempre assumem a posição de defensor dos interesses nacionais e das mulheres. A militarização e a masculinização podem ser vistas de forma mais evidente a partir do exército. Essa instituição altamente legitimada e organizada na maior parte das sociedades “precisa que os homens estejam dispostos a matar e morrer em nome de seu Estado para provar sua masculinidade e “as mulheres se comportem como o gênero feminino” (ENLOE, 1983, p. 212 apud SJOBERG, VIA, 2010, p. 8). Mesmo em operações de paz, no qual meios pacíficos são utilizados para promover a paz, percebe-se a presença desses mesmos traços (ENLOE, 2000; 2007; 1983; MONTEIRO, ZUCATTO, 2020).

Nesse sentido, no ambiente militar os soldados são treinados para lidar de maneira ágil em situações de caráter agressivo e violento. Esse é um processo que acarreta muitas vezes na mudança da masculinidade desses homens em direção a uma “masculinidade militarizada”, que se expressa através de traços e atitudes que são hipermasculinas, o que alinha-se totalmente à guerra e às forças armadas, mas que torna-se totalmente incongruentes no que tange às missões destinadas a manter a paz (ENLOE, 2000; WHITWORTH, 2004). Dessa maneira, como apresenta Enloe (2002), da masculinidade militarizada depreende-se uma feminilidade passiva, que relega a mulher a um nível subalterno em termos de status e poder. Consequentemente, as forças armadas são vistas como responsáveis por forjar a masculinidade, tornando o guerreiro em um símbolo evidente da masculinidade (WHITWORTH, 2004).

Assim sendo, a imagem que se forma do combatente é a de um homem forte, sem emoção e que se coloca à disposição para usar da violência quando é ordenado. Portanto, a associação entre organizações militares e representações hegemônicas é evidente, muitas vezes expressa-se de forma a desumanizar o inimigo, configurando-se como uma estratégia para que não se deixe levar pelas emoções quando a guerra exigir frieza para derrotar os seus inimigos (LOPES, 2011). Esse processo, segundo Whitworth (2004), consiste em eliminar o “outro” de si mesmo e incentivar a hipermasculinidade, inferiorizando aqueles não possuem os atributos que a caracterizam, entre eles as mulheres, negros e homossexuais. Isso explica por que existem muitos debates e polêmicas em torno da inserção de homossexuais nas instituições militares e da maior parte dos cargos de mais alta patente, das atribuições relativas propriamente ao

combate e aos trabalhos de inteligência ainda serem predominantemente exercidos por homens (ENLOE, 2000).

A consequência direta disso, inclui a desumanização da feminilidade, o que torna a mulher no “outro”, podendo ser inferiorizada e desrespeitada por não possuir os tão apreciados traços associados à masculinidade (DUNCANSON, 2007). Lopes (2011) reforça que a exploração sexual de mulheres por parte dos soldados é uma forma de legitimação entre eles que advém da masculinidade militarizada, o que significa que os soldados precisam constantemente da afirmação de sua identidade por parte dos colegas. Em conformidade com isso, o abuso e a exploração sexual não dizem respeito à atração, mas sim ao poder. No âmbito da manutenção da paz, trata-se do senso de autoridade e superioridade que vem com o uso do uniforme.

Feitas tais considerações, é importante reforçar que as mulheres se tornam mais suscetíveis à violência sexual no contexto de conflitos armados, ainda mais do que os outros civis, como observa as ativistas da paz em Haia em 1915.

as tarefas associadas com o cuidado das crianças, os feridos, os doentes e os idosos sobem durante a guerra e geralmente cabe às mulheres cumprir essas responsabilidades com a diminuição dos recursos. As mulheres lutam para encontrar recursos para cuidar de suas famílias muito tempo depois do fim dos combates (TICKNER, 2018, p. 17, tradução nossa).

Tal fenômeno abrange vários atos de violência não consentidos que se relaciona, com a sexualidade humana, como é o caso da prostituição forçada, escravidão sexual, mutilação genital, exposição ou participação compulsória em pornografia (SKJELSBÆK, 2001 apud FONTOURA, 2009). Essas mulheres podem ser vítimas de agentes do Estado, atores não estatais, membros de grupos armados, milicianos, entre outros. Em contextos de operações de paz, o abuso e exploração sexual vai muito além do estupro e à exploração de prostitutas, respectivamente. Como revela Fontoura (2009), na verdade, abrange relações de consentimento e de não consentimento entre militares e civis, sem se restringir somente ao sexo.

Por essa razão, a ONU assume uma noção mais abrangente do conceito no que tange as relações entre *peacekeepers* e civis, haja vista que envolvem assimetrias de poder e, na maioria das vezes, são danosas às meninas e mulheres. Dessa maneira, define como exploração sexual “qualquer abuso ou tentativa real que se comete tendo como fundamento uma posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou situação de confiança entre as pessoas, para se obter vantagens sexuais. Isto inclui, porém não se limita a, benefícios monetários, sociais ou políticos da exploração sexual de uma pessoa” (UNHCR, 2003, tradução nossa), enquanto abuso sexual

concerne “o ato ou a ameaça de agressão mediante intrusão física de natureza sexual, seja pela força ou devido a condições de desigualdade ou coercitivas” (UNHCR, 2003, tradução nossa).

Além disso, importante para a discussão do terceiro capítulo deste trabalho, está o conceito de má conduta da ONU, que inclui além das relações sexuais forçadas, a prostituição e o uso da posição ocupada pelos *peacekeepers* como forma de obter favores sexuais, o que inclui a troca de dinheiro e bens materiais por sexo. Diante da assimetria de poder nessas relações, as mulheres não conseguem consentir livremente, por isso os *staffs* são orientados a não se relacionarem com locais dos países-hospedeiros (FONTOURA, 2009).

O feminismo contribui para a presente discussão à medida em que assume que a vida dos indivíduos e seus relacionamentos são importantes, contrariando os interesses político-econômicos, estruturais e historicamente desiguais, conectando a vida de indivíduos a estruturas propostas internacionalmente, como uma forma de alcançar “propostas para formas mais justas e iguais de governança global” (TICKNER, TRUE, 2018, p. 9, tradução nossa). Dessa maneira, opõe-se a maneira pela qual a segurança foi apresentada, como se fosse neutra em relação ao gênero, mas, na verdade, está imbuída em representações de gênero e a atenção explícita das dessas dimensões pode ser verificada, por exemplo, no Conselho de Segurança da ONU, com a Resolução 1325 de outubro de 2000. O reconhecimento desse documento à importância da atuação das mulheres nas operações de paz confirma que “o gênero permeia todos os aspectos da paz e segurança internacionais” (WHITWORTH, 2008, p. 104, tradução nossa), o que pode ser visto nas relações que permeiam civis e *peacekeepers* da MINUSTAH, bem como na evidente disparidade de gênero nos componentes militares não só do Brasil, mas como da operação de manutenção da paz como um todo.

Dessa maneira, as reflexões teóricas aqui empreendidas fornecem o aporte teórico para o estudo de caso realizado. Tendo isso em vista, na MINUSTAH, a principal relação que pode ser feita com a perspectiva feminista das Relações Internacionais tange à participação das mulheres na operação de paz e aos abusos e exploração sexual praticados por *peacekeepers* homens contra civis. Nesse sentido, a significativa desigualdade de gênero nos componentes militares brasileiros demonstra uma tendência em associar à masculinidade aos cargos militares, sobretudo os de patente mais alta e a desconsiderar as mulheres como atores significativos em campo. Por esse motivo, a atuação das militares brasileiras na MINUSTAH foi muitas vezes limitada por serem consideradas frágeis e necessariamente precisarem de proteção. Além disso, a masculinidade militarizada foi o que tornou as mulheres suscetíveis a serem abusadas e exploradas sexualmente pelos capacetes azuis, uma vez que o uniforme militar reforça uma

hierarquia de poder e os levam a enxergar as mulheres como sempre disponíveis sexualmente e que poderiam usufruir do corpo delas sem que houvesse consentimento.

## 2 CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRIA DO HAITI

O preço pago pelo primeiro país da América Latina a conquistar sua independência, o Haiti, foi elevado e veio na forma de intervenções estrangeiras, ditaduras, sucessivas mudanças de presidentes e rivalidades políticas. Consequências econômicas, sociais e políticas foram desencadeadas diante desse cenário de grandes instabilidades, com as quais a nação haitiana ainda precisa lidar. Na tentativa de restaurar a ordem no país após um período intenso de crise política, foi criada, em 30 de abril de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que permaneceu ativa durante treze anos. Tendo isso em vista, este capítulo estabelece os principais antecedentes históricos que se relacionam com a justificativa traçada para defender a necessidade de se estabelecer uma missão de paz no país.

### 2.1 Uma revolução por escravos

A República do Haiti é um país caribenho, localizado na América Central e banhado pelo Mar do Caribe (Figura 1). É considerado um dos mais pobres do continente, obtendo, em 2021, o 15º menor Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe (STATISTA, 2021).

Figura 1: Mapa da República do Haiti.



Fonte: WORDATLAS, 2021.

Foi descoberto em 1492 por Cristóvão Colombo, tendo sido primeiramente batizado de Ilha Hispaniola<sup>1</sup> pelos espanhóis, cuja responsabilidade se atribui ao extermínio e escravização em massa da população nativa. A parte ocidental foi cedida à França em 1697, passando a se chamar São Domingos e a mais rica e próspera colônia francesa do século XVIII. A chamada “Pérola do Caribe” exportava sobretudo melão, açúcar, rum, café e tabaco à Europa, fomentando o tráfico negreiro, que se tornou junto ao *plantation* açucareiro um dos pilares de sustentação da economia colonial da Ilha.

“No caso francês de St. Domingos, a combinação de terra barata, mão-de-obra africana e capital europeu foi ricamente produtiva. Mais de 864.000 africanos escravizados foram importados para a colônia em 1791 [...]; toda a frota francesa foi ocupada de forma lucrativa com o comércio de São Domingos. Os números da produção de açúcar, melão, rum e café (bem como índigo e algodão) eram surpreendentes; em meados do século XVIII, São Domingos tinha-se tornado o auge do sistema escravista do Atlântico.” (MINTZ, 1995, p. 75, tradução nossa)

O sangue e o suor dos escravos tornaram as Antilhas<sup>2</sup> em uma das regiões econômicas mais importantes entre os séculos XVII e XIX e, na mesma medida, um palco de luta e resistência. O Haiti é o maior exemplo disso, o fim do período colonial ocorreu em 1804, quando tornou-se o primeiro país da América Latina a abolir a escravidão e a conseguir sua independência através de uma revolução de escravos, os quais representavam pouco mais de 90% de toda a população local e que foram responsáveis por derrotar o exército napoleônico durante a Batalha de Vertières. Inspirados pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, já em 1790 introduziu-se na colônia as primeiras tentativas de luta em favor da liberdade e igualdade em relação aos fazendeiros e senhores - *grands blancs*.

A princípio, uma classe intermediária entre o topo da hierarquia social e escravos, os denominados *affranchis*<sup>3</sup>, realizam aos primeiros levantes para romper com a metrópole e ir contra a discriminação racial. Apesar disso, os interesses econômicos e sociais dos mulatos não compreendiam a emancipação dos escravos, na verdade, muitos deles tinham posse sobre alguns e os armavam nos confrontos, os brancos, por sua vez, também o fizeram (WASSERMAN, GUAZZELLI, 1996). A partir daí a maior parte da população foi incorporada ao combate. Entretanto, os cativos não estavam desligados de sua realidade e passaram a lutar em causa própria.

<sup>1</sup> Chamada também de Ilha Espanhola ou Ilha de São Domingos.

<sup>2</sup> Arquipélago do oceano Atlântico (mar das Antilhas), na América Central.

<sup>3</sup> A estrutura social própria e estratificada do Haiti na época contava com uma classe intermediária – os *affranchis* – formada por mulatos libertos tentando ascender na rígida hierarquia social, com alguns deles em cargos administrativos, possuindo propriedades e escravos (WASSERMAN, GUAZZELLI, 1996).



“De repente, o que começou como uma luta intensa, mas contida, por privilégios sociais entre a população livre de Saint-Domingue se expandiu para envolver os outros nove décimos da população. A colônia, onde os escravos superavam em muito seus donos, há muito era uma caixa de pólvora, e a Revolução Francesa agora havia jogado um fósforo nela. Dentro de alguns meses, os escravos não estariam mais lutando em nome de seus senhores, mas por si mesmos.” (DUBOIS, 2010, p. 32, tradução nossa).

A eclosão da revolta escrava ocorreu em 1791 ao norte de São Domingos, considerada a região mais rica da colônia. Motivados pela violência a que foram submetidos durante os anos de colonização e em busca de liberdade, os levantes negros buscavam destruir a condição de submissão em que encontravam-se. Neste contexto, observa-se o aumento das tensões entre as elites senhoriais e a população escrava. “Eles incendiaram os canaviais, mataram seus senhores e quebraram todos os instrumentos usados para processar a cana. Eles assumiram as plantações do norte, ganharam novos adeptos e construíram um exército e um movimento político.” (DUBOIS, 2010, p. 11).

O processo revolucionário ganha um novo direcionamento a partir da liderança de Toussaint Louverture. Sob seu comando, os escravos rebelados foram treinados com base em táticas de guerrilha e orientados a manter a disciplina e a ordem, o que rendeu importantes vitórias contra as forças francesas (FARMER, 1994). A garantia da liberdade de todos os escravos só foi possível dois anos mais tarde, sendo reconhecida em 1794 pelo governo francês, à época os jacobinos radicais, que aboliram a escravidão não somente no Haiti, mas também em todas as suas outras colônias (DUBOIS, 2010; PRADO, PELEGRINO, 2014). Em 1796, Toussaint proclamou-se “Tenente General”, embora São Domingos ainda continuasse uma possessão da França, sua proposta era restaurar a prosperidade econômica do país através da produção de açúcar e café sem a utilização de mão-de-obra escrava e reaproximação comercial com a Grã-Bretanha e Estados Unidos, antes impedida pelos acordos de exclusividade com a França (FARMER, 1994).

Apesar disso, os negros recém-libertos temeram o retorno da escravidão quando Napoleão Bonaparte assumiu o poder. O imperador da França anulou a lei abolicionista de 1794 e enviou tropas para restabelecer a ordem. Toussaint foi preso em 1803, mesmo assim o exército francês saiu derrotado. No lugar do antigo general, ascendeu o ex-escravo Jean-Jacques Dessalines e em 1804, os ex-cativos vitoriosos proclamaram a Independência do recém-criado Haiti, segundo os lemas da Revolução Francesa.

O Haiti tornou-se o primeiro e único país das Américas a associar a independência ao fim da escravidão. Nas demais colônias francesas no Novo Mundo, Martinica, Guadalupe e Guiana, a instituição sobreviveu até 1848. O mesmo ocorreu nas colônias espanholas na América, onde as guerras de independência favoreceram a alforria de

muitos escravos que lutaram com os exércitos revolucionários, mas não asseguraram a abolição da escravidão. (PRADO, PELEGRINO, 2014, p. 18).

O fim do período colonial no Haiti ocorreu em 1804, quando tornou-se o primeiro país da América Latina a conquistar a sua independência, resultado de uma revolução de ex-escravos que conseguiram derrotar o exército napoleônico durante a Batalha de Vertières. Contudo, a França demorou a reconhecer a independência do país e assim o fizeram países europeus temerosos de que outras colônias seguissem o mesmo rumo. Vinte anos depois de ser fundado, a antiga metrópole obrigou o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos para reconhecer sua ex-colônia como forma de compensação aos senhores de escravos. Esse valor foi pago a duras penas, o país precisou contrair empréstimos de bancos franceses, que cobraram juros elevados (DUBOIS, 2010).

os haitianos foram forçados a pagar por suas terras — “este pequeno pedaço de terra do qual somos os donos”, que eles estavam “guardando zelosamente” para seus descendentes — não uma ou duas vezes, mas três vezes. Eles primeiro pagaram por isso por meio de seus ancestrais, com “dois séculos de lágrimas e suor”. Então os haitianos pagaram por isso durante sua revolução, através da “enorme quantidade de sangue” derramado para conquistar a liberdade e a independência. E, depois de tudo isso, eles ainda tinham que pagar em dinheiro que passava do Haiti para o tesouro da França por gerações (JANVIER, 1883, p.17 apud DUBOIS, 2010, p. 14).

Além disso, mesmo após garantir-se a liberdade de todas as pessoas em território haitiano, ainda era possível observar lutas de poder e a reprodução da escravidão de um grupo sobre o outro, às vezes de maneira ainda mais repressiva do que havia sido anteriormente. Reforçou-se, portanto, uma estrutura social e política que excluiu a maior parte das pessoas, sobretudo os negros (ex-escravos), que continuaram a se dedicar ao trabalho pesado nas lavouras e que foram considerados pelos mulatos, agora a elite, inaptos para participar da vida pública. Como afirma Dubois (2010, p. 13), “o estado do Haiti tem sido bastante bem-sucedido em fazer o que foi criado para fazer: preservar o poder para um pequeno grupo”.

## **2.2 Intervenção militar estadunidense (1915-1934)**

O crescimento da violência e da instabilidade política abriram espaço para uma intervenção militar estadunidense, justificada pela Doutrina Monroe<sup>4</sup>, que perdurou de 1915 a 1934 sob o escopo de restauração da ordem, da economia e da estabilidade política do país (BRAGA, 2010). Entretanto, por trás do desembarque dos fuzileiros navais americanos no Haiti

---

<sup>4</sup> Foi estabelecida pelo presidente James Monroe em 1823 e definia que os Estados Unidos iriam proteger os países sul-americanos das ameaças da colonização europeia — “A América para os americanos” (BARBOSA, 2018).

havia um enorme temor por parte dos Estados Unidos de que um país estrategicamente importante como o caribenho fosse ocupado por uma potência europeia, sobretudo, a Alemanha, em meio ao contexto da Primeira Guerra Mundial (SCHMIDT, 1995).

Durante esse período, foi possível observar a intensificação da divisão social já existente em território haitiano. A partir desse momento, os Estados Unidos imediatamente passaram a ter poder de veto sobre a tomada de decisão governamental, deixando no poder a elite mulata no intuito de passar a imagem de que a soberania nacional do governo estava sendo preservada (ANDRADE, 2016). Contudo, os americanos não mantiveram as aparências por muito tempo, ainda em 1915 os *marines*<sup>5</sup> adquiriram o pleno controle político e administrativo da ilha através da Convenção Haitiano-Americana, além de poder para criar e chefiar uma nova polícia, a *Gendarmerie d'Haiti*, destinada a conter revoltas populares (MATIJASCIC, 2008). Certamente, esse tratado fez surgir um enorme descontentamento na população local, que com previsão para vigorar até 1917, foi estendido por mais uma década (GREENE, 1999).

Neste ínterim, os fuzileiros navais também alteraram a Constituição e, quando a primeira versão não passou pelo Congresso, dissolveram-no e através de um plebiscito a nova Carta Magna, atribuída ao na época secretário adjunto da Marinha, Franklin Delano Roosevelt, foi aprovada no ano de 1917, cujo ponto mais controverso versava sobre a permissão de estrangeiros possuírem terras no país. Diante desse cenário, a presença e governança da marinha americana no Haiti gradativamente tornou-se indesejada, principalmente porque deixaram a elite mulata no poder. O uso da força foi empregado pela *Gendarmerie d'Haiti* para caçar e matar os haitianos que fossem contrários à ocupação, cerca de 6.000 foram mortos e outros 5.500 submetidos a campos de trabalho (GREENE, 1999). Em meio a greves e protestos que contaram com o apoio de diversos setores da sociedade e em busca da retomada do poder político, em 1934 os *marines* estadunidenses deixam o Haiti. Apesar disso, a ocupação americana representou uma maior dependência econômica e política do Haiti às potências externas. Como explica Dubois (2012, p. 16, tradução nossa): “Quando a legitimidade de um líder político é estabelecida por forças externas e não pela própria população de uma nação, é claro, os resultados raramente são bons para essa população.”

### 2.3 Dinastia Duvalier (1957-1986)

A partir da redução das tropas americanas no país e da retomada das autoridades haitianas no comando do governo, o país vivenciou nos vinte e dois anos seguintes a sucessão

---

<sup>5</sup> Integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

e queda de vários presidentes. O regime duvalierista perdurou de 1957 a 1986 e foi marcado “por sua brutalidade e terror” (DUBOIS, 2012, p. 16). De origem negra e vindo de uma modesta família de Porto Príncipe, François Duvalier, antes de tornar-se presidente do Haiti, possuía uma carreira já consolidada como médico e político. Concorrendo às eleições em setembro de 1956, ascendeu ao poder no ano seguinte graças a sua defesa em torno de um nacionalismo negro e ao seu apoio, sobretudo do exército e das massas mais pobres, com a qual havia trabalho enquanto médico. Greene (1999) explica que o seu caráter paternalista lhe conferiu a alcunha de “Papa Doc”.

O seu discurso em favor da unidade governamental, reconciliação e redistribuição financeira mudou drasticamente já no início do seu primeiro mandato. Nos anos em que esteve na presidência do Haiti buscou centralizar o poder sobre si, tornou seu cargo vitalício e perseguiu todos os seus opositores, chegando a matar de 30.000 a 60.000 deles (GREENE, 1999). A fim de se proteger dos militares que haviam orquestrado golpes de Estados nos governos anteriores, reorganizou por diversas vezes a *Gendarmerie d’Haiti*. Isso, no entanto, não impediu que uma tentativa de golpe contra ele fosse articulada em 1958.

Nesse sentido, uma Guarda Presidencial desvinculada ao exército foi criada e passou a incluir a atuação de milícias. Os Voluntários de Segurança Nacional (VSN), ou *Tonton Macoutes* “era um grupo paramilitar secreto, privado e armado que se reportava diretamente ao palácio, cujos membros usavam terror e chantagem para obter patrocínio para o regime e para si próprios” (GREENE, 1999, p. 288, tradução nossa). Em 1962, passaram a fornecer informações e identificar a subversão em qualquer esfera da sociedade em que se manifestasse, ou seja, defendiam o duvalierismo a todo custo (FERGUSON, 1987).

Durante o período em que esteve na Presidência, Papa Doc precisou lidar com uma série de crises políticas externas. No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos consideravam o duvalierismo um tampão contra revoltas populares e a inserção do comunismo no país caribenho, o presidente haitiano aproveitou-se disso para receber fundos secretos dos norte-americanos. Mesmo assim, Duvalier viu no reconhecimento do governo de Fidel Castro, em 1959, uma forma de impedir que a oposição recebesse armamentos vindos de Cuba (MATIJASCIC, 2008).

Além disso, Duvalier buscou enfraquecer as duas instituições mais influentes do Haiti: o Exército e a Igreja Católica. Entre as suas ações, foi responsável por cooptar o clero e militares, bem como perseguir aqueles que dentro dessas organizações fossem contrários a ele (GREENE, 1999). Entretanto, a tentativa maior de monopolizar o poder concerne à dissolução da Assembleia Nacional em 1961 e ampliação de seu mandato por novos seis anos, passando

em 1964, através de um referendo, a ser presidente vitalício (FERGUSON, 1987), garantido pela nova Constituição. Apesar disso, suas condições de saúde não permitiriam que continuasse no cargo por muito mais tempo, por isso alterou a idade mínima de um presidente ser empossado de 40 para 18 anos, garantindo assim que seu filho, Jean-Claude (Baby Doc), assumisse seu posto aos 19 anos após sua morte. Mesmo com todo o terror empreendido pelo pai Duvalier e da estagnação econômica em seu governo, é importante mencionar, e assim o faz Greene (1999), que nesse período a população média negra conseguiu ter maiores oportunidades:

Entre as poucas coisas positivas que podem ser ditas sobre sua presidência está que François Duvalier forneceu algumas novas oportunidades para a classe média urbana negra. Antes de sua presidência, o comando do Exército havia sido um bastião da elite mulata. Duvalier transformou-o em um meio para a mobilidade ascendente negra (GREENE, 1999, p. 290, tradução nossa).

Após o período regencial, o jovem Jean-Claude Duvalier assumiu o cargo em 1791. Seu governo foi marcado por uma aproximação com os Estados Unidos, que se entusiasmaram com a renovação política e com a sua declaração de que “seu pai havia realizado a revolução política e seu governo realizaria a revolução econômica” (GREENE, 1999, p. 290). Baby Doc demonstrou uma maior abertura política, sobretudo em relação à ampliação da liberdade de imprensa e garantia dos direitos humanos, além de permitir a criação de partidos que formassem oposição a ele. Apesar disso, Farmer (1994) afirma que o Baby Doc não rompeu com as estruturas do duvalierismo, na verdade, as reforçou. Isto porque, continuou a reprimir os dissidentes inescrupulosamente.

O início da década de 1980 apresentou um forte declínio e estagnação da economia haitiana, o que rebaixou o país para a última posição entre as nações menos desenvolvidas. Soma-se a essa conjuntura, um aumento expressivo do descontentamento e da miséria entre a população. As manifestações e crescentes demandas por abertura em 1984 foram reprimidas, e a imprensa perseguida. Apesar de algumas concessões por parte do governo durante esse período, os protestos não pararam e paralisaram o país. O governo Reagan pressionou Duvalier a sair do Haiti em 1986 e anunciaram a saída dele do país. Apesar disso, a sua saída não ocorreu de maneira imediata, porém, o duvalierismo não durou muito tempo após Washington ter cortado parte significativa dos fundos do seu regime e encontrar-se sem sua base de apoio. Em 7 de fevereiro de 1986, Jean-Claude foge do país, o que acendeu uma onda de comemorações no Haiti.

## 2.4 Da redemocratização à MINUSTAH (1990-2004)

Em meio a uma intensa agitação social, a democratização do Haiti ocorreu no início de 1990 com o apoio dos Estados Unidos, da ONU e da OEA. Na época, foi eleito o ex-padre Jean Bertrand Aristide, autodenominado anti-duvalierista, cujas propostas de mudanças socioeconômicas atraíram o apoio das massas rurais e urbanas, porém não agradaram os setores mais ricos e conservadores do país. Nos curtos sete meses em que esteve no poder, conseguiu atuar contra a corrupção militar, o tráfico de drogas e violações de direitos humanos, além de obter um saldo positivo no tesouro (pela primeira vez) e assistência estrangeira. A oposição contra ele se tornou mais agressiva, foram articuladas conspirações e tentativas de assassiná-lo ou derrubá-lo nesse ínterim (GREENE, 1999).

“O novo Governo começou de maneira entusiasta, com discurso audacioso e, de certa forma, inovador, pretendia moralizar a máquina governamental. Essa política concedeu grande poder de mobilização a Aristide. Suas propostas populares, no entanto, como o programa econômico de emergência que beneficiaria em primeira instância a população mais necessitada, passaram a inquietar os militares e as elites.” (SÁ, 2015, p. 59, tradução nossa)

Sob a alegação de abuso do poder, doutrinação da população sobre a luta de classes e a instigar à violência, Aristide foi destituído da presidência através de um golpe militar pouco tempo após ser empossado, ressurgindo uma ditadura no território haitiano em 1991. Mais uma vez o país foi dominado pela violência e terror ao se iniciar uma busca implacável pelos partidários do presidente eleito. A junta militar, sob o comando de Raoul Cedras, foi responsável por anular todas as mudanças realizadas por Aristides. O golpe não foi visto com bons olhos no exterior, os Estados Unidos, por exemplo, direcionaram sanções comerciais ao Haiti, pediu a restituição do cargo ocupado por Aristide e chegou a dialogar com o novo governo. A ONU, por sua vez, após tentativas diplomáticas fracassadas, impôs um embargo mundial de combustível e armas aos país em 1993. No mesmo ano, Aristides e Cédras assinaram um acordo que previa o seu retorno, fim do embargo, divisão do exército e polícia, institucionalização de uma força da ONU e anistia ao alto comando quando a junta renunciasse. Apesar disso, houve surtos de violência contra aqueles que apoiavam a democracia (GREENE, 1999).

Sucessivos episódios de violência, levaram os Estados Unidos e a ONU a agirem. Bill Clinton ordenou que se em quinze dias não houvesse uma renúncia por parte da Junta, um embargo comercial global passaria a vigorar, o que ocorreu em 28 de abril quando o Conselho de Segurança da ONU aprovou um embargo quase que total ao país. Porém, a Junta não estava

disposta a abrir mão do poder, o que levou os Estados Unidos a pedir às Nações Unidas para que respaldassem uma intervenção militar sob o comando dos norte-americanos (GREENE, 1999). Dessa maneira, a ameaça de invasão dos Estados Unidos para destituir Raoul Cédras, fez com que este se exilasse espontaneamente e Aristide retornasse ao poder até 1995, sendo novamente eleito cinco anos depois. Porém, a sua vitória desta vez tornou-se amplamente questionada pela oposição política e por setores da sociedade civil (DORN, 2009). A grande massa, que antes o apoiava, havia perdido grande parte do seu poder aquisitivo após sanções e serem atingidos pelo desemprego

O presidente Aristide enfrentou vários desafios em seu retorno ao Haiti, entre eles as altas expectativas de seus partidários e apenas quinze meses restantes de seu mandato. Ele anunciou um programa detalhado de recuperação econômica projetado para simplificar o setor público inchado e corrupto e renovar a criação de empregos no setor privado. Em resposta, a comunidade internacional prometeu um grande pacote de ajuda econômica de emergência de US\$ 1,2 bilhão. Aristide usou essa assistência para apoiar o governo e criar empregos temporários em obras públicas para o alívio imediato da pobreza, evitando medidas impopulares e controversas. Tendo em vista a magnitude dos problemas econômicos do Haiti, as reformas precisaram de tempo para serem bem-sucedidas (GREENE, 199, p. 308, tradução nossa).

Ao final de 2003, uma forte crise abalou o governo, o qual foi alvo de manifestações realizadas pelo Grupo 184<sup>6</sup>, que se intensificaram rapidamente e geraram conflitos sangrentos nas principais cidades do norte dominadas pelas forças rebeldes buscando a renúncia do presidente, o qual fora acusado não somente de fraude eleitoral, mas também de corrupção e ligação com as gangues locais. Para evitar que o derramamento de sangue continuasse, efetivos militares estadunidenses foram enviados ao país e retiraram Aristide à força do Palácio Presidencial na noite de 28 de fevereiro daquele ano, sendo instaurada a Força Multinacional Interina, que dois meses depois seria substituída pela MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (DORN, 2009; VIANA, 2009).

---

<sup>6</sup> Coletivo político formado desde 2003 por associações da sociedade que se posicionam contrárias ao governo de Jean-Bertrand Aristides e ao seu partido, Fanmi Lavalas.

### 3 CAPÍTULO 3: A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA MINUSTAH

As Missões de paz foram estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU em 1948, sob o contexto da Guerra Fria e com objetivo de lidar com conflitos regionais. Dessa maneira, sua atuação compreende a ajuda humanitária no que tange a garantir e proteger os direitos humanos. Com o fim da bipolaridade e desmembramento do bloco soviético, a atuação das operações de paz se multiplicou, estando em vigor entre 1989 a 1994 o mandato de vinte operações de paz devido ao surgimento de conflitos internos e entre os que se tornaram independentes após o término do regime comunista (YILMAZ, 2005). Apesar disso, a presença das mulheres nesses espaços era irrisória, como é possível entender ao se ter conhecimento de que apenas 1% dos contingentes militares eram compostos por mulheres em 1993 (DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS, [2022]).

Tendo isso em vista, a aprovação da Resolução 1325/2000 do CSNU, que inseriu o tema Mulheres, Paz e Segurança, foi um importante passo para mudar os rumos que a questão tinha tomado até então. Havia sido a primeira vez em que se reconhecia a importância de uma política de gênero no contexto de manutenção da paz e segurança internacional, não apenas no curso da missão de paz, mas também no pós conflito. Tal documento determina que as mulheres atuem como agentes na construção da paz, na proteção das violações de direitos humanos, e na promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação de gênero (ONU MULHERES, 2014).

Dessa maneira, o presente capítulo tem por objetivo analisar as contribuições das mulheres pacificadoras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, de forma a expor os enfrentamentos de desigualdades de gênero existentes dentro das operações de paz a partir de um caso concreto. Além disso, busca-se estabelecer as ligações que são possíveis entre a questão da masculinidade militarizada e as condições socioeconômicas do país na perpetuação da violência contra meninas e mulheres por parte dos *peacekeepers* homens, aqueles que deveriam garantir os direitos delas.

#### 3.1 O histórico da MINUSTAH

A MINUSTAH foi criada em 1º de julho de 2004 por meio da Resolução 1.524 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A partir de então, instaurou-se um Governo de transição no Haiti, cujo objetivo era adotar “todas as medidas necessárias para pôr fim à impunidade e assegurar a promoção e proteção constantes dos direitos humanos e o



estabelecimento de um Estado de direito e de um Poder Judiciário independente” (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2004). A missão foi recebida inicialmente com grande ceticismo pelos haitianos por conta de outras missões mal sucedidas, que por diferentes motivos, falharam ou saíram antes do previsto (BRAGA, 2010).

Meses antes da MINUSTAH ser efetivada, o ex-presidente francês, Jacques Chirac, telefonou ao então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestando o seu desejo de ter o país sul-americano comandando uma força militar da ONU no Haiti, o que também foi apoiado pelos Estados Unidos. Segundo Braga (2010), tal fato permite que potências continuem tendo influência sobre o país, sem, no entanto, arriscar a autenticidade de suas ações no mesmo:

“O convite pode ser interpretado como um sinal de tentativa da França e dos Estados Unidos para manter sua influência sobre o Haiti, embora não sejam vistos como os 'maquinistas' da missão da ONU. Seus apelos para que o Brasil assumisse uma posição de destaque na MINUSTAH estavam de acordo com a tendência dos países do Norte de delegar a implementação de processos de resolução de conflitos a organizações regionais e / ou estados pós-coloniais. Essa delegação de autoridade ocorreu em lugares, como no Haiti, onde os países do Norte estiveram historicamente envolvidos e, de outra forma, correriam o risco de ter a legitimidade de suas ações contestada” (BRAGA, 2010, p. 383).

O Brasil possui um longo histórico de participação em missões de paz da ONU sob a égide da não ingerência e da resolução pacífica de conflitos. No caso do Haiti, o discurso diplomático acerca do envio das tropas brasileiras ao país esteve associado ao dever de solidariedade e de não indiferença do governo brasileiro diante da crise no país caribenho, colocando-se à disposição para cooperar caso solicitado. Isso representou uma mudança no posicionamento do Brasil quanto às operações de paz, pois anteriormente só se envolvia em missões de paz que estivessem sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, isto é, sem a utilização da força em respeito ao artigo 4º da Constituição, que institui a não-intervenção como princípio orientador de sua política externa. Em contrapartida, a MINUSTAH foi pautada pelo Capítulo VII, o qual permite medidas coercitivas a nível tático, exigindo que o país a interpretasse levando em consideração o consentimento do Estado haitiano em engajar tropas internacionais no país. Consequentemente, o Brasil assumiu maior responsabilidade na segurança internacional, iniciativa que pode ser considerada uma forma de reforçar a pretensão do país a um assento no Conselho de Segurança (PINHEIRO, 2015).

Por conseguinte, a missão foi comandada entre outubro de 2004 e setembro de 2005 pelo general da reserva do Exército Brasileiro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que contou, nos seis meses inicialmente previstos, com um contingente de 6.700 efetivos militares de 12 países. Dessa maneira, a participação brasileira foi a mais significativa ao longo dos 13 anos e

137 dias em que a missão durou, sendo enviados 37 mil militares brasileiros<sup>7</sup>. Apesar disso, houve muitas críticas internamente ao envolvimento do país na operação, sobretudo no que tange aos seus elevados custos em um local onde não havia nenhum interesse nacional em jogo e que ainda poderia custar a sua imagem mediante a possibilidade de resultados fracassados (LESSA, 2017).

A princípio, a maior e mais urgente dificuldade encontrada pela missão foi em pacificar a capital, Porto Príncipe, por ser palco de numerosos confrontos armados e casos de violência, o que só ocorreu em 2007 em virtude da baixa assistência prestada pela Polícia Nacional Haitiana (PNH) e da falta de acessibilidade aos dados necessários para melhor o direcionamento das ações. Assim, os capacetes azuis das Nações Unidas tomaram, no fim daquele ano, comunidades que eram o berço de organizações criminosas e redutos de rebeldes partidários do ex-presidente Jean Aristide (SOARES, 2019). Contudo, a controversa e polêmica operação “Punho de Ferro”, comandada por Augusto Heleno em 2005, tinha por objetivo invadir a favela de Cité Soleil e prender um dos principais líderes de gangues que ocupavam a região, Dread Wilmer, morto na ocasião. Nas longas sete horas de luta armada, foram disparadas mais de 22 mil balas, o que resultou na morte de 70 pessoas - a maioria mulheres e crianças -, embora os dados do relatório oficial indicassem apenas 6. Esse episódio foi considerado um ‘massacre’ entre grupos de direitos humanos (STARGARDTER, 2018). O General Augusto Heleno fez a seguinte declaração na ocasião:

“não tenho dúvida que diante da atitude das gangues de utilizarem mulheres e crianças como escudos para se protegerem, podem ter acontecido efeitos colaterais [morte de civis]. Mas se aconteceram, foram mínimos.” (STARGARDTER, 2018).

Outrossim, tornou-se prioridade para a missão conseguir realizar eleições justas e que contassem com a participação popular. Porém, dificuldades maiores impuseram-se: como um cenário político conturbado, prestação de serviços básicos deficitários e muitos analfabetos. No entanto, o pleito de 2006 foi considerado bem-sucedido e levou René Preval mais uma vez à presidência da República do Haiti (SOARES, 2019). Contudo, a eleição seguinte, a ser realizada em 2010, precisou ser adiada devido ao terremoto que devastou a capital do país e os seus principais centros urbanos. Consequentemente, dados das Nações Unidas mostram que cerca de 220 mil pessoas morreram em decorrência desta catástrofe ambiental, além de ter deixado 300 mil feridos e 1,5 milhão desabrigados (UNITED NATIONS, 2010). Dessa maneira, o Conselho de Segurança estendeu o mandato da MINUSTAH e enviou mais soldados ao país,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>>.

atuando de forma a prover socorro e alimentos às vítimas, a retirada de corpos dos escombros e a realização de obras de infraestrutura. Naquele mesmo ano, o país foi tomado também por um surto de cólera, causado pela falta de saneamento no acampamento de soldados nepaleses.

Quando as eleições em primeiro turno finalmente ocorreram, em 2011, houve protestos e manifestações violentas após os resultados preliminares indicarem a vitória fraudulenta de Jude Célestin, o que acentuou a revolta popular. Por essa razão, o segundo turno foi adiado, haja vista as dubiedades dos resultados, levando à intervenção e mediação da comunidade internacional, que possibilitou ao presidente e ao Conselho Eleitoral atestarem a legitimidade dos dados levantados pela OEA, definindo a disputa entre a ex-primeira-dama, Manigat, e o cantor Martelly, vencedor do segundo turno, realizado sem grandes agitações (SOARES, 2019).

Além disso, um dos pontos mais sensíveis da missão estava relacionado com a promoção e proteção dos direitos humanos. Apesar dos relatórios do Secretário-Geral da ONU apontarem para uma “melhora relativa” nesse quesito, ainda eram recorrentes, nos cinco primeiros anos da missão, crimes e violência nas grandes cidades haitianas, bem como denúncias de violência sexual, prostituição, escravidão sexual, assédio e pedofilia por parte de soldados da MINUSTAH (CAVALCANTE, 2009; TOLEDO, BRAGA; 2020).

“A conjuntura de pós-conflito do país é um dos principais fatores para a prevalência do abuso e da exploração sexual. As altas taxas de violência, corrupção, pobreza, fome e sua população em extrema vulnerabilidade social e econômica inseriram meninas e mulheres em uma posição de fragilidade, agravada pela perda de membros da família nos conflitos ou nos desastres naturais. Nesse contexto, elas são obrigadas a se tornar provedoras de seus lares ou se tornam órfãs” (TOLEDO, BRAGA, 2020)

Após o mandato da MINUSTAH ser novamente adiado em 2016 devido à passagem do Furacão Matthew pela ilha, o Conselho de Segurança decidiu encerrar a operação por meio da Resolução 2.350. Dessa maneira, em 15 de outubro de 2017, o Brasil finalizou a sua mais duradoura participação em uma missão no exterior, sendo implementada a partir de então a MINUSJUSTH (Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti), voltada para apoiar o diálogo político sem utilizar-se do aparato militar. A MINUSTAH, portanto, foi bem-sucedida em impedir a eclosão de uma guerra civil no país e os crimes relacionados às rivalidades políticas, mas fracassou na missão de promover um cenário favorável ao desenvolvimento socioeconômico do país e o respeito aos direitos humanos, contribuindo muitas vezes para o aumento da violência e o temor da população.

### **3.2 Atuação das *peacekeepers* brasileiras na MINUSTAH**

A Resolução 1325 da ONU (2000), bem como a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” que a seguiu ressaltam a importância da presença e maior efetividade das mulheres em operações de paz. Nesse sentido, o Brasil vem adotando medidas sobre inclusão de gênero em seu corpo militar e diplomático (CARLUCCIO, 2020). Em consonância com isso, busca-se através da MINUSTAH observar à questão do gênero nos contingentes desdobrados. A ênfase da ONU para uma maior presença feminina na missão repercutiu na composição das tropas brasileiras na MINUSTAH após alguns anos de ser instaurada e se intensificou no decorrer de seu mandato (BUTLER, 2021).

Conforme as resoluções sobre “mulheres, paz e segurança” da ONU, a presença das mulheres no terreno não corresponde somente a um direito baseado na igualdade de gênero, mas também a certas necessidades operacionais, que vão desde o imperativo de contar com mulheres militares para revistas de rotina até o contato com mulheres locais vítimas de violência baseada em gênero. A presença de mulheres uniformizadas em patrulhas oferece também um importante modelo para a sociedade local, servindo como exemplo de igualdade entre homens e mulheres. Apesar da ausência de combatentes brasileiras no terreno, em condições estáveis elas são autorizadas a participar de patrulhas e exercem um importante papel como profissionais da saúde quando as tropas oferecem serviços médicos e odontológicos à população (GIANNINI, 2014, p. 16).

Ao longo dos treze anos de duração, cerca de 37 mil soldados da paz e 200 mulheres militares das Forças Armadas participaram da Missão de Paz, o que demonstra uma notável desigualdade de gênero nos componentes militares brasileiros (COSTA, 2018). Durante a fase inaugural da experiência brasileira, compreendida entre 2004 e 2005, os *peacekeepers* realizaram atividades para ambientação, engajamento inicial e reordenamento da estrutura operacional e treinamentos. Neste momento, não foi observada a presença de mulheres militares devido ao perfil da missão, que demandava uma formação mais ligada à área de operação, segurança e inteligência, reforçando o papel de coadjuvantes das mulheres nos ambientes militares (COSTA, 2018), tal qual evidencia a entrevista conduzida com um *peacekeeper* brasileiro:

“A nossa preocupação era efetivamente estabilizar o país. Não havia uma preocupação específica com as mulheres. Além disso, e até pelo contexto enfrentado pelos primeiros contingentes brasileiros, não havia mulheres militares. O Brasil não tem ainda mulheres com o treinamento necessário para as funções que foram desempenhadas naquela época.” (GIANNINI, COSTA, 2017, p. 77).

A gradativa incorporação das mulheres à missão ocorreu conforme a mesma tomava forma. As primeiras mulheres que integraram a MINUSTAH foram enviadas ao país caribenho junto ao sexto contingente brasileiro, sendo quatro oficiais mulheres, uma Capitã da Marinha e

três Tenentes do Exército (COSTA, 2018). Dessa maneira, a fase “pacificação” (2006-2007) foi responsável por realizar pela primeira vez a integração de mulheres nas tropas brasileiras atuantes na MINUSTAH. Foram designadas 124 mulheres do Exército para desempenhar as funções de médicas, dentistas, enfermeiras, tradutoras e engenheiras.

A problemática do abuso e da exploração sexual, bem como da violência doméstica eram problemas que assombravam as mulheres no Haiti. Em virtude disso, a criação de mecanismo de controle voltados a amenizar e acabar com essas problemáticas se tornaram necessidades urgentes. Por essa razão, foram criados dois centros destinados a atender essas vítimas, sendo elas a Unidade de Gênero, ligada ao componente civil e subordinada diretamente à ONU, que esteve voltada ao fim da violência de gênero e à transversalização da perspectiva de gênero na missão baseando-se na Resolução 1325; e a célula G9, ligada ao componente militar, que realizava ações de cooperação civis-militares do Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) e a proteção de gênero e de crianças (CARLUCCIO, 2020; GIANNINI, COSTA, 2017).

Entre 2008 e 2009, quando a MINUSTAH entrou na fase de “consolidação da pacificação”, projetos de impacto rápido foram criados, a maioria deles ajudando as mulheres. Na ocasião, discutia-se o encerramento da missão, porém com a ocorrência do terremoto no Haiti em 2010 a operação foi estendida. A partir disso, uma nova realidade se impôs em virtude do aumento de casos de violência sexual em campos de deslocados, o que permitiu incluir ao mandato da missão a proteção de mulheres e meninas e que houvesse uma maior interação com a Unidade de Gênero da Missão (CARLUCCIO, 2020). Em decorrência do primeiro aspecto levantado, o batalhão brasileiro atuou no sentido de realizar patrulhas no interior dos campos. Com a alteração do mandato da missão, houve a necessidade de proteger as haitianas, por isso aumentou-se o efetivo feminino nas tropas, a fim de que o contato entre militares e mulheres vítimas da violência baseada em gênero fosse facilitado. As *peacekeepers* brasileiras passaram a integrar também as patrulhas, sendo ajudadas por tradutoras haitianas nas ações externas (CARLUCCIO, 2020). Além disso, juntamente com a Unidade de Gênero na (MINUSTAH), foram realizadas atividades relacionadas a levar informação sobre direitos das mulheres, conscientizando-as sobre a agenda de MPS da ONU, a Resolução 1325 e a importância de debater questões de gênero no campo da paz e segurança (CARLUCCIO, 2020).

Tabela 1: Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH – 2007-2017 (%)



Fonte: GIANNINI, COSTA, 2017.

Apesar disso, a inserção das mulheres em campo encontrou barreiras relacionadas à gênero. Isso é o que indica diversos fragmentos de entrevistas conduzidas por Taylor Butler (2021) com três *peacekeepers* brasileiras que atuaram na MINUSTAH. Elas relataram que os trabalhos que desempenhavam restringiam-se às tarefas mais simples, patrulhas durante o dia e raramente as noturnas, sob a justificativa de serem arriscadas, embora elas solicitassem a participação.

As meninas que estavam comigo eram muito operacionais, principalmente as Sargentas, que eram da área de saúde, eram enfermeiras, técnicas de enfermagem, mas eram muito preparadas operacionalmente. E quando tinha patrulha, elas sempre visavam para ir também. Então era uma tentativa de convencer o Comandante do batalhão de que elas poderiam ir, que elas tinham condição, porque vinha sempre uma justificativa de dizer, “não, elas não vão conseguir acompanhar, vai ficar pesado, não, a patrulha é muito longa, cansativa, não vai poder ir”. E elas sempre falavam “não, a gente pode”. Levou um tempo conseguir convencer e um dia elas podiam sair juntas com a patrulha porque sempre tinha uma patrulha. [...] Na metade da missão a gente conseguia convencer o comandante e mostrar que elas tinham condição, mas foi assim, uma batalha (BUTLER, 2021, p.93).

A partir disso, é possível estabelecer um contraponto entre a realidade e as informações governamentais, que indicavam haver equidade no emprego de homens e mulheres das tropas brasileiras, como demonstra a fala de um general ao ser entrevistado:

Não há diferença entre homens e mulheres na atividade de *peacekeeper*. Ambos cumprem tarefas muito importantes, trabalhando diariamente com grande profissionalismo, responsabilidade e respeito [...] As mulheres, assim como os homens, trabalham em todo tipo de atividade, tais como oficial de Estado-Maior, pilotos, mecânicos de helicópteros e veículos, engenheiros, jornalistas, dentistas e médicos, entre outras (FAN, 2013).

Entretanto, Butler (2021) ressalta a problemática gerada por essa maneira de retratar a MINUSTAH. À medida em que se legitima a presença feminina, ignora-se as dificuldades dentro da missão e os estigmas de gênero em campo, abre-se espaço para que as mulheres sejam silenciadas e aprofunde-se a exclusão delas, bem como as diferenças de oportunidades dentro da hierarquia militar. Além disso, os relatórios destacaram que traços femininos foram cruciais na fase da missão em que a atuação junto às mulheres vítimas de abusos e violência sexual tornou-se necessária.

Especificamente no cenário de operações de paz, as mulheres têm características que facilitam muito, e melhoram a produtividade, o rendimento, a eficácia da missão. A sensibilidade feminina, a capacidade de diálogo, capacidade de empatia, de perceber em outras mulheres especialmente a necessidade de melhoria das condições de vida, de melhorar o status de direitos humanos. Nas áreas de inteligência, por exemplo, do relacionamento humano. Então, essa afetividade, essa acessibilidade são importantíssimas e enriquecem muito o desempenho (BUTLER, 2021, p.94).

Costa (2018) destaca também que as mulheres pacificadoras possibilitaram que houvesse uma aproximação mais afetiva, sensível e humanizada com a população local, sobretudo com aqueles em maior condição de vulnerabilidade social em um país marcado pelo conflito, entre eles as crianças, mulheres e idosos. Para as militares entrevistadas, no entanto, elas identificaram-se como agentes importantes para atingir o objetivo pacífico da operação de paz, mais do que as suas habilidades ou qualificações propriamente do gênero feminino. Como afirma uma das militares, o desdobramento de mulheres não é apenas porque a ONU quer fazer isso, é porque é necessário. E não é necessário porque somos gentis, porque somos sensíveis... não tem nada a ver” (BUTLER, 2021).

Apesar de consideradas imprescindíveis para a missão, o que pode ser confirmado em relatórios oficiais a respeito da presença feminina na MINUSTAH e falas de *peacekeepers* brasileiros, foi unânime entre as militares entrevistadas por Butler (2021) que elas poderiam ter gerado melhores e maiores resultados do que o que de fato conseguiram e fossem potencialmente capazes, mesmo que a presença feminina na missão tenha sido sem precedentes e significativa (BUTLER, 2021).

Se não houve um impacto maior, é porque não permitiram. O que às vezes eu sinto e que os homens têm medo de onde nós podemos chegar. E eles não conseguem entender que a gente não quer tirar o lugar de ninguém, a intenção não é essa. Mas a gente também quer mostrar o que a gente pode fazer e não ser excluída sem mostrar nossa competência (BUTLER, 2021, p.99).

Apesar de encontrarem limitações à sua agência durante o tempo em que atuaram na MINUSTAH, as mulheres pacificadoras enfrentaram questões que são próprias da engessada hierarquia militar, entre elas a baixa presença feminina, sobretudo no Estado-Maior e nas tomadas de decisão. Além disso, percebe-se que a agência dessas mulheres foi também prejudicada por haver diferenças e preconceitos de gênero, que as colocavam em uma posição desigual quanto a possibilidade de atuarem em patrulhas mais intensas, em virtude dos militares perceberem o feminino como necessariamente precisando ser protegido, bem como por não estarem habituados a trabalhar com mulheres. É possível mencionar que essa barreira também associa-se à pouca oferta de oportunidades para as mulheres. Como ressalta Butler (2021), está relacionada ao fato de que o Exército ainda é muito resistente à presença feminina e por isso torna-se mais difícil que elas cheguem à patentes mais altas, principalmente para aquelas que não são da Área de combate e que não vieram da Academia Militar, dificultando a chance de ocuparem uma posição de comando mais elevada.

Em conformidade com isso, o machismo mantém-se enraizado à instituição e impede que as mulheres não estejam em maior número nas fileiras do Exército. Como apontam as entrevistas de Butler, as *peacekeepers* tiveram que escutar piadas sexistas e foram privadas de informações e oportunidades dentro da operação. Ademais, relatam que se sentiram desconfortáveis e inseguras diante de situações que as fazem desacreditar na sua competência e atuação na operação de paz. Nas palavras de uma delas: “Eles odeiam quando a gente sabe mais... quando sabe algo que eles não sabem. Às vezes eu acho que eles sabem que [nossa inclusão] é importante, que é necessário, mas eles só não querem mudar. Não temos uma política definida de gênero” (BUTLER, 2021, p. 103).

Embora na MINUSTAH observe-se o esforço em promover a perspectiva de gênero de maneira transversal por parte do batalhão brasileiro, sobretudo nas últimas fases da missão a partir da aproximação da população local com as *peacekeepers* brasileiras, percebe-se que a presença das mulheres desdobradas esteve durante todo o mandato da operação de paz muito aquém da quantidade de capacetes azuis brasileiros em missão, o que demonstra uma notável desigualdade de gênero nos componentes militares brasileiros, fruto da resistência do Exército em incorporar e promover as mulheres à patentes mais altas. Em conformidade com isso, é perceptível que as mulheres ainda são vistas como frágeis e precisando serem protegidas, por isso, a maior parte delas foram destinadas a atividades consideradas mais “leves”, como a ajuda humanitária e interação com a população local, raramente sendo designadas para estarem em campo, sobretudo no período noturno. Além disso, elas tiveram muitas vezes que lutar contra os preconceitos, o sexismo e machismo, o que as fizeram muitas vezes desacreditar na sua



competência. Apesar disso, entre as mulheres entrevistadas por Butler (2021) prevalece um sentimento de que os seus esforços e habilidades são primordiais para que as condições e oportunidades para futuras militares sejam ampliadas.

### **3.3 Abusos e exploração sexual contra as mulheres haitianas por *peacekeepers* da MINUSTAH**

Durante os treze anos em que se manteve ativa, a Missão das Nações Unidas para Estabilização Haiti teve como objetivo a proteção dos civis. Nesse sentido, a sua atuação compreendeu a execução de medidas voltadas a suplantando a vulnerabilidade a que muitas mulheres no país estavam sujeitas como uma das maneiras de o reconstruir. Assim sendo, o parâmetro usado em muitas das resoluções sobre gênero e operações de paz ao longo do mandato da MINUSTAH foi a já mencionada Resolução 1325. Apesar disso, percebe-se que os contingentes militares contavam com a presença irrisória de mulheres pacificadoras e que não foram suficientes para impedir que uma grande quantidade de casos de violência sexual ocorressem por *peacekeepers* homens, cuja função a que foram encarregados deveria ser a de proteger as meninas e mulheres haitianas e não a de perpetuar a violação de seus direitos.

No Haiti, os casos de abusos e exploração sexual é uma triste realidade que persiste em manter-se arraigada à sociedade do país caribenho. Os casos de violência de gênero, como mostra Duramy (2014), tem uma longa tradição no país, remontam ainda ao período colonial. Muitos colonos submetiam as mulheres cativas a estupros, abuso sexual e prostituição. O elevado número de crianças mestiças comprova as agressões sexuais generalizadas e sistemáticas de meninas e mulheres escravas. Nos anos que se seguiram, os fatores sociais e econômicos decorrentes da crise política e seu agravamento favoreceram indiretamente a crescente legitimação das práticas de violência contra a mulher no Haiti (DURAMY, 2014).

No que tange a períodos mais recentes da história haitiana, o estabelecimento do mandato da MINUSTAH reforçou a violência baseada em gênero. Em contextos de operações de paz, o abuso e exploração sexual vai muito além do estupro e da prostituição. Como revela Fontoura (2009), na verdade, abrange relações de consentimento e de não consentimento entre militares e civis, sem se restringir somente ao sexo. No Haiti, inicialmente, o abuso de meninas e mulheres por soldados da missão serviu como moeda de troca para que elas conseguissem garantir a sua sobrevivência. Em congruência com isso, há uma série de relatos que vão contra a percepção de que muitas mulheres nas ruas eram prostitutas, mas, na verdade, tratava-se somente de mulheres com fome (MARTIN, GANTZ, 2005). Com a gradativa piora

socioeconômica do país, sobretudo com o terremoto em 2010, muitas mulheres passaram a compor um quadro de maior vulnerabilidade, o que tornou-se ainda mais visível em campos de deslocados internos, cujas debilidades em termos de patrulhamento e pessoal ampliaram a insegurança das mulheres e as tornaram ainda mais expostas a serem atacadas, principalmente durante a noite (CARLUCCIO, 2020).

Apesar de terem sido registrados, entre 2008 e 2015, 75 casos contra militares e outros funcionários das Nações Unidas, nenhum deles reuniu provas suficientes para chegarem a ser concluídos, indicando a falta de uma estrutura de investigação apropriada e a negligência por parte da Organização. A explicação para isso pode ser dada a partir do pouco controle que a ONU possui no que tange aos contingentes militares e policiais, restringindo-se apenas a um controle essencialmente administrativo. Em conformidade com isso, a responsabilidade pelas acusações contra oficiais policiais e pessoal civil é incumbida ao Gabinete de Serviços de Controle Interno (OIOS), restando pouco à Organização no que tange a recursos de punição, senão sanções de caráter administrativo (SNYDER, 2017 apud CARLUCCIO, 2020). Além disso, os soldados que atuam na ONU têm imunidade das leis locais e cabe ao seu país de origem aplicar as medidas que julgam ser necessárias.

“A ONU tem que estar absolutamente vigilante para que as tropas que estão conduzindo essas práticas sejam demitidas”, diz Anna Jefferys, da Save The Children. “Tem que garantir que os Estados membros que estão mobilizando essas tropas sejam de alguma forma envergonhados dentro do sistema da ONU, para que o estigma se torne grande demais para fazê-lo novamente”. (WILLIAMS, 2006).

Em fevereiro de 2005, tornou-se público o primeiro caso concreto de abuso sexual envolvendo a MINUSTAH. A acusação consistia no estupro de uma civil haitiana por três militares nepaleses. A investigação preliminar, no entanto, revelou que envolvia prostituição e apenas dois soldados tiveram relações sexuais pagas com a autora da denúncia. Ambos foram desligados da missão e da força policial, além de serem condenados a um ano de reclusão pelo governo do Nepal. Segundo o seu relato, ela foi atraída até uma plantação de banana com a promessa de ganhar novas roupas, no entanto, eles a despiram e a estupraram (BRAGA, TOLEDO, 2020). Nesse mesmo ano, uma jovem de 16 anos relatou ter sido estuprada por um soldado brasileiro. A MINUSTAH investigou três vezes a acusação, sem, no entanto, encontrar nenhuma evidência que a comprovasse. Mesmo assim, o militar foi mandado de volta ao Brasil (GALLAS, 2006).

Ao longo de 2005, o abuso sexual de crianças por “atores políticos” tornou-se visivelmente sistemático (KOLBE, HUTSON, 2008). Em decorrência disso, Braga e Toledo

(2020) identificam o surgimento de “Economias de *Peacekeeping*” (*Peacekeeping Economies*) a partir da implementação do mandato da MINUSTAH. A definição de Economias de *Peacekeeping* consiste na “atividade econômica que não ocorreria ou ocorreria em escala e remuneração muito menores, sem a presença internacional. Em particular, a preocupação é com a atividade econômica formal e informal que se vincula diretamente à presença internacional com o indivíduo local.” (JENNINGS, BØÅS, 2015, p. 281, tradução nossa). As consequências desse tipo de mercado podem apresentar um lado obscuro, isto porque, favorece a indústria sexual onde se insere, além de impulsionar o aumento do tráfico sexual de pessoas. (SMITH, SMITH, 2010).

Dessa maneira, é realmente preocupante que os denúncias e relatórios sobre tráficos de pessoas tenham surgido somente a partir de 2004, indicando, portanto, uma relação entre a MINUSTAH e o aumento da violência baseada em gênero. A partir disso, Braga e Toledo (2020) buscam comprovar a hipótese de que a chegada dos soldados no Haiti estimularam a criação de uma “Economia de *Peacekeeping*”, cujas consequências estão atreladas a ampliação da indústria do sexo, da criação de bordéis e tráfico de pessoas em virtude do aumento exponencial e repentino da demanda para a prostituição, o que foi acompanhado por um ambiente favorável, dado o aumento da vulnerabilidade social e econômica de muitas mulheres haitianas nos últimos anos, mas que vem de uma longa tradição de violência de gênero e pobreza no Haiti. A defesa que as autoras fazem é de que “a “Economia de *Peacekeeping*” é tanto uma consequência da instituição da missão como uma causa do aumento dos casos de exploração sexual.” (BRAGA, TOLEDO, 2020, p. 7).

O estudo de Jennings e Bøås (2015) apresentaram que embora a capital Porto Príncipe tenha desenvolvido infraestruturas de entretenimento robustas para atender as forças da operação de paz, o Haiti, a princípio, não havia uma indústria do sexo totalmente formada, ao contrário da República Dominicana. Por essa razão, há evidências de tráfico de mulheres dominicanas para bordéis e clubes com a finalidade de atender a clientela internacional em território haitiano. Sob propostas de trabalho, essas mulheres acabam por se incluir nas redes criminosas do tráfico internacional de pessoas (BRAGA, TOLEDO, 2020, p. 7). Muitas delas não conseguem retornar, pois frequentemente seus passaportes são confiscados pelos seus empregadores haitianos (DESVARIEUX, 2010).

Além disso, diversos casos de tráfico infantil foram descobertos pelo governo haitiano e ONGs. Muitas crianças órfãs sofreram abusos sexuais, foram agredidas e mantidas como escravas nos domicílios que as recebiam. Algumas delas, em torno de 4 a 12 anos de idade, conseguiram fugir dessas residências, mas na rua, acabavam por ser sequestradas, obrigadas a

se prostituir e vendidas sexualmente para soldados da ONU e atores internacionais (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2010). À guisa de exemplificação, 134 soldados do Sri Lanka foram acusados de traficar sexualmente nove crianças em 2007, sendo que apenas 114 foram mandados de volta para o seu país de origem. Apesar disso, nenhum deles foi condenado (GAYE, 2011; DODDS, 2017), o governo do país alegou a falta de provas para conduzir um procedimento legal a fim de que os oficiais da operação de paz fossem julgados pelos crimes que supostamente cometeram (SIMIC, 2010).

A conjuntura social, política e econômica do Haiti dificultou a reconstrução do país e endossou a perpetração do abuso e da exploração sexual de mulheres e meninas no Haiti. Em meio a um contexto de altos índices de violência, corrupção, pobreza e fome, somado a conflitos e desastres naturais, muitas delas tornaram-se chefes de famílias ou foram deixadas órfãs quando esses acontecimentos ceifaram a vida de seus familiares. Diante disso, tiveram que ir em busca de meios para prover o sustento de suas casas, porém, a pouca qualificação fizeram-nas entrar na prostituição. Muitas mulheres viram na presença dos oficiais estrangeiros a possibilidade de obter recursos básicos ou até mesmo uma forma de subir na hierarquia social e viver de forma um pouco mais digna do que parte significativa da população que encontrava-se vivendo abaixo da linha da pobreza, sendo exploradas sexualmente para tanto (BRAGA, TOLEDO, 2020).

Dessa maneira, mesmo que muitas tenham começado a se prostituir por necessidade, algumas delas passaram a se relacionar com os agentes de segurança a fim de ampliar seu padrão de vida, são as chamadas “mulheres privadas” ou “*homegirls*”. Esse tipo de relação é como um “namoro”, no qual os pacificadores envolvem-se sexualmente enquanto fornecem ajuda financeira às vítimas, na maioria dos casos, jovens que ainda estão na casa dos pais e estudam. O sexo transnacional entre *peacekeepers* e mulheres haitianas nesses casos fornecem a elas a possibilidade de pagar por seus estudos e receber diversos presentes em troca.

Por exemplo, uma mulher de 19 anos de uma área urbana descreveu o *peacekeeper* como “parecido com um namorado”, mas apontou que havia diferenças importantes entre um relacionamento com namorado e suas interações com o *peacekeeper*. ‘Ele vai pagar minhas taxas escolares. Ele vai me levar para dançar. Ele vai me pagar um bom jantar. Se minha mãe estiver doente, ele comprará os remédios de que ela precisa... A diferença é que preciso ser romântica com ele, mesmo que não tenha esses sentimentos. Sou obrigada a fazer sexo com ele, mesmo que esteja com dor de cabeça e não sinta vontade de fazer sexo. Devo fazê-lo porque, se não o fizer, não teremos ninguém para pagar pelas coisas de que preciso e terei que deixar a escola.’ (KOLBE, 2015, p. 8-9, tradução nossa).

A possibilidade de “mudar de vida”, conseguida a partir do poder de consumo, é uma proposta atrativa para as meninas e mulheres que se encontram em sociedades desiguais como é o caso do Haiti. O relacionamento transnacional pode se apresentar de diferentes maneiras, porém o denominador comum na maioria deles é a intimidação e coerção em virtude do grande abismo de poder entre um homem militar armado a serviço das Nações Unidas e as mulheres haitianas com quem se relacionam. Em virtude disso, nesses relacionamentos as mulheres não têm voz e não podem dizer não a eles como aconteceria em um relacionamento em que ambas as partes tivessem controle igualitário dentro do relacionamento (KOLBE, 2015).

Os relacionamentos entre mulheres locais e soldados da MINUSTAH foram responsáveis pela disseminação de HIV/AIDS no Haiti. Isto porque, não é do conhecimento delas a importância de usar preservativos para prevenção de IST. Além disso, há alguns relatos destacando que por uma escolha dos homens, elas não exigiam que fosse feito uso do preservativo. “Eu apenas pergunto se ele precisa usar preservativo ou não. Eles têm médicos na base. Eu sei que eles os testam para doenças. Então, se ele não precisa usar, então não usamos” (KOLBE, 2015, p. 15 tradução nossa). Além disso, houve relatos de mulheres que não se sentiam confiantes o bastante para pedir que fosse feito sexo com proteção, o trecho de um deles reforçam a hierarquia de gênero e a posição subalterna a que as mulheres foram relegadas:

Quando você está com ele, deve fazer o que ele insiste; confrontar um soldado e exigir o seu caminho é tolice. Ele está armado. Você tem sorte de ele não apenas estuprá-la. Em vez disso, ele usa palavras suaves e lhe dá dinheiro ou comida. Por que abusar da sorte pedindo um preservativo? (KOLBE, 2015, p. 15 tradução nossa).

Dos frutos gerados pelos abusos e exploração sexual no Haiti é possível citar o nascimento dos *peacekeeping babies*. São os filhos de pais soldados que tiveram relações com haitianas, na maioria das vezes não consensual, durante o período em que atuaram na MINUSTAH, sendo abandonadas pelos pais quando a missão foi encerrada. Essas mulheres enfrentam uma grande rejeição nas suas comunidades pelo fato de se envolverem com estrangeiros e por serem mães solas.

As Nações Unidas são enfáticas quanto a sua política de tolerância zero a abusos e exploração sexual, exigindo respeito por parte dos *peacekeepers*. Como afirmam, as ocorrências de casos dessa estirpe mancham a história das operações de paz, trazem desconfiança e violam o princípio da imparcialidade (FAGANELLO, 2013). Assim sendo, a MINUSTAH introduziu uma perspectiva de gênero e tentativas de prevenir esse tipo de violência. Nesse sentido, Gianni e Costa (2017) enfatizam a criação de pontos fortes no início da missão, os quais foram

conduzidos pelo contingente brasileiro e responsáveis por direcionar ações diferenciadas de atenção aos civis, inclusive às mulheres, embora a preocupação inicial da missão não as contemplasse, como já mencionado. Consistiam na presença das tropas em locais específicos para manter a segurança. Tornaram-se fundamentais para aproximar a população à missão por meio da ajuda humanitária, contribuindo para que os civis os vissem com bons olhos. Atuaram também no que tange à questão de gênero, pois muitos dos pontos fortes evoluíram para centros multitarefas, cuja responsabilidade era o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e até mesmo a realização de partos. Neste trabalho, as autoras incluem o trecho de uma entrevista com um oficial militar brasileiro do terceiro contingente brasileiro:

“Realmente, deste ponto de vista, o contingente brasileiro incorporou um elemento de atenção a mulheres vítimas de violência a partir do tratamento e atenção imediatos que recebiam nestes pontos. Também realizamos muitos partos. Essa questão, dos partos, virou inclusive parte do treinamento, desde o soldado até o oficial. É o soldado que decide quem entra na base. Ele foi treinado para deixar que mulheres em trabalho de parto entrassem.” (GIANNINI, COSTA, 2017, p. 78).

A partir da mudança do mandato da missão para a proteção de mulheres após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, uma série de ações foram tomadas para que elas fossem amparadas. Tem-se então, um enfoque maior na agenda MPS da ONU, Resolução 1325 e na transversalização de gênero na operação de paz. Muitos países ofereceram-se para ajudar o Haiti, como é o caso do Brasil. As ações incluíram projetos de impacto rápido<sup>8</sup> e atuação direta do batalhão brasileiro no que tange à ajuda humanitária e prestação de serviços básicos, sobretudo de saúde (GIANNINI, COSTA, 2017).

Naquele momento, como já apontado, as mulheres *peacekeepers* foram desdobradas para auxiliar as vítimas de violência baseada em gênero. Observou-se também uma ampliação da cooperação entre os militares e a Unidade de Gênero da MINUSTAH, responsáveis por realizar atividades voltadas para as mulheres, entre elas palestras sobre maternidade, amamentação, violência doméstica e demais temas de grande relevância. Pontos focais de gênero foram instaurados a partir de 2011 e desde 2013 às ações ganharam mais estratégia e direcionamento. Foram realizados cursos e treinamentos voltados para a questão de gênero, inclusive para enfatizar as regras e punição para *peacekeepers* que cometessem atos que divergissem dos códigos de conduta da ONU (GIANNINI, COSTA, 2017).

---

<sup>8</sup> Projetos pequenos e de baixo custo com o objetivo de aumentar a confiança da população na missão e no processo de paz. (HAMANN, GARBINO, FOLLY, 2017).

Diante do exposto, é evidente que o agravamento das condições políticas, econômicas e sociais do Haiti, bem como a ocorrência de desastres ambientais contribuíram para aumentar a vulnerabilidade a que muitas mulheres já estavam submetidas. Em virtude disso, muitas delas tiveram que prover o seu sustento e de suas famílias, sendo obrigadas a recorrer à prostituição. A presença dos capacetes azuis da MINUSTAH esteve diretamente ligada a essa problemática e pode ser considerada a razão principal para uma “Economia de *Peacekeeping*” ser instaurada no país, cujas consequências mais obscuras se referem a abusos, exploração e tráfico sexual. A ONU tem uma política de tolerância zero a essas práticas, por isso a MINUSTAH buscou, pautando-se na Resolução 1325 e na agenda Mulheres, Paz e Segurança, voltar suas ações à proteção das meninas e mulheres haitianas, que passou a incorporar seu mandato.

## CONCLUSÃO

Inicialmente, essa monografia buscou apresentar as reflexões de teóricas feministas nas Relações Internacionais sobre o estudo de gênero e que se relacionam com o tema delineado. Apesar do estudo de gênero ainda ser muito negligenciado na disciplina, tem ganhado espaço em suas discussões. Sendo assim, o comprometimento com a igualdade de gênero deve ser um objetivo constante e uma pauta a ser debatida com atenção. No que tange à essa questão, não é possível desconsiderar as relações sociais desiguais e discriminatórias que ainda resistem nas operações de paz e nas sociedades envoltas em conflitos. Dessa maneira, é possível afirmar que associação entre masculinidade e militarização contribui para que as mulheres sejam consideradas inferiores, sendo excluídas dos ambientes majoritariamente compostos por homens e ainda suscetíveis a abuso e exploração sexual.

A implementação da MINUSTAH no Haiti é o fio condutor de toda a reflexão empreendida ao longo deste trabalho. Por isso, estabelecer os antecedentes históricos, políticos e sociais que contribuíram para que fosse implementada foi de suma importância, porque também ajudaram a explicar o motivo de muitas meninas e mulheres haitianas se tornaram vulneráveis ao estupro e à prostituição.

Instaurada em 2004 pela Resolução 1.524 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, perdurando até 2017, a referida operação de paz teve como escopo levar ajuda humanitária, restaurar a ordem e a segurança, bem como proteger os direitos humanos. A discussão empreendida permitiu compreender que a MINUSTAH, embora tenha sido bem-sucedida em impedir a eclosão de uma guerra civil no país e os crimes relacionados às rivalidades políticas, fracassou na missão de promover um cenário favorável ao desenvolvimento socioeconômico do país e o respeito aos direitos humanos, contribuindo muitas vezes para o aumento da violência e o temor da população.

Em conformidade com a teoria feminista, a presença das mulheres militares mulheres ainda é muito inferior a dos homens e o mesmo ocorreu no mandato da MINUSTAH. Nesse sentido, a maior parte delas, ao longo de todas as fases da missão em que atuaram, foram relegadas a um papel secundário, só passando a atuar diretamente em campo quando o aumento do número dos casos de violência sexual de mulheres em campos de deslocados tornou-se expressivo após o terremoto de 2010.

A desigualdade de gênero no âmbito militar pode ser explicada pela resistência do Exército em incorporar e promover as mulheres às patentes mais altas. Apesar de relatórios e documentos oficiais indicarem a equidade de tratamento entre homens e mulheres, a realidade



foi outra. Dentro da missão observou-se dificuldades e estigmas de gênero em campo, contribuindo para que as pacificadoras fossem silenciadas e se aprofundasse a sua exclusão, bem como as diferenças de oportunidades dentro da hierarquia militar.

Não obstante, é perceptível que as mulheres ainda são vistas como frágeis e precisando ser protegidas, por isso, a maior parte delas foram destinadas a atividades consideradas mais “leves”, como a ajuda humanitária e interação com a população local, raramente sendo designadas para estarem em campo, sobretudo no período noturno. Além disso, elas tiveram muitas vezes que lutar contra os preconceitos, o sexismo e machismo, o que as fizeram por vezes desacreditar na sua competência.

Ademais, a reflexão empreendida aqui apontou que, em boa medida, as violações dos direitos das meninas e mulheres haitianas estiveram infelizmente ligadas à presença dos capacetes azuis da missão. Nesse sentido, é preocupante que o início do mandato da operação coincida com os relatos e denúncias de violência sexual cometidas por *peacekeepers*, que iniciaram uma “Economia de *Peacekeeping*”, cuja consequência mais problemática foi a incorporação de uma indústria sexual no Haiti, responsável pelo aumento da demanda por prostitutas e do tráfico nacional e internacional de pessoas para atendê-la.

A política de tolerância zero a essas práticas da ONU levou a MINUSTAH a pautar-se na Resolução 1325 e na agenda Mulheres, Paz e Segurança, voltando suas ações à proteção das meninas e mulheres haitianas, o que passou a incorporar seu mandato. Nesse sentido, o trabalho indicou que apesar de insuficientes para prevenir os casos de abuso e exploração sexual, durante a MINUSTAH houve um esforço para proteger as mulheres da violência de gênero e a transversalizar a perspectiva de gênero na missão, sendo as *peacekeepers* brasileiras, apesar das limitações em número e oportunidades de atuação, fundamentais nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Everaldo Oliveira. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 20, p. 173-196, 2016. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2492/2248>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- ASPAR, Marco Aurélio. **A participação dos contingentes do exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/themes/Mirage2/pages/pdfjs/web/viewer.html?file=https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- BARBOSA, Rubens. Ressuscitando a Doutrina Monroe: superada a guerra fria, supremacia dos eua na américa latina deixou de ser automática. **Revista do Café**, [s. l], p. 26-27, mar. 2018. Disponível em: <http://www.cccrj.com.br/revista/864/26.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BRAGA, Carlos Chagas Vianna. MINUSTAH and the security environment in Haiti: Brazil and South American cooperation in the field. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 5, p. 711-722, 2010.
- BUTLER, Taylor. **A construção da militar mulher e sua condição de agência na MINUSTAH**. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Pucsp), São Paulo, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204286/butler\\_t\\_me\\_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204286/butler_t_me_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso em: 05 jan. 2023.
- CARLUCCIO, Mariana Zamboni. **A participação das mulheres *peacekeepers* nas operações de paz da ONU: um olhar de gênero sobre o Brasil e a MINUSTAH**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6696>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- CAVALCANTE, Fernando. Sucesso ou Fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. **e-cadernos CES**, n. 06, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/342>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resolução 1325 (2000)**. Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 4213ª reunião, em 31 de outubro de 2000. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao-1325-CS-ONU.pdf>. Acesso em: 8 set. 2022.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resolução 1542 (2004)**. Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 4961ª reunião, realizada em 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resolução 2350 (2017)**. Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 7924ª reunião, realizada em 13 de abril de 2017. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1286538>. Acesso em: 23 dez. 2022.

COSTA, Ivana Mara Ferreira. A presença das mulheres militares na MINUSTAH. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 6, n. 13, p. 6-19, 2018.

DE TOLEDO, Aureo Gomes; BRAGA, Lorraine Morais. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/60992/44907>. Acesso em: 23 nov. 2022.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Women in peacekeeping**. [2022]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 16 dez. 2022.

DESVARIEUX, Jessica. **In Postquake Haiti, an Influx of Dominican Prostitutes**. 2010. Time. Disponível em: <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2007131,00.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DODDS, Paisley. **UN child sex ring left victims but no arrests**. 2017. Associated Press News. Disponível em <https://apnews.com/article/africa-arrests-united-nations-only-on-ap-e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>. Acesso em: 18 set. 2022.

DORN, A. Walter. Intelligence-led peacekeeping: The United Nations stabilization mission in Haiti (MINUSTAH), 2006–07. **Intelligence and National Security**, v. 24, n. 6, p. 805-835, 2009.

DUBOIS, Laurent. **Haiti: The aftershocks of history**. Metropolitan Books, 2012.

DUNCANSON, Claire. **Forces for Good?: british military masculinities on peace support operations**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, The University off Edinburgh, Edimburgo, 2007. Disponível em: <https://era.ed.ac.uk/bitstream/handle/1842/2752/Duncanson%20C%20PhD%20thesis%2008.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 22 dez. 2022.

DURAMY, Benedetta Faedi. **Gender and violence in Haiti: women's path from victims to agents**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014.

ENLOE, Cynthia H. **Does khaki become you?: the militarisation of women's lives**. Londres: South End Press, 1983.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives**. Londres: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. Understanding militarism, militarization, and the linkages with globalization: using a feminist curiosity. In: Women Peacemakers Program. **Gender & militarism: Analyzing the links to strategize for peace**. The Hague: WPP, 2014.

ENLOE, Cythia. **Banana, Beaches and Bases: make feminist sense of international politics**. 2. ed. Londres: University Of California Press, 2014.

FAGANELLO, Priscila. Operações de Manutenção da Paz da ONU. **De que forma os Direitos Humanos Revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FAN, Ricardo. **Militares brasileiras exaltam experiência de atuar em missão no Haiti.** 2013. Defesa Net. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ph/noticia/12839/militares-brasileiras-exaltam-experiencia-de-atuar-em-missao-no-haiti/>. Acesso em: 28 out. 2022.

FARMER, Paul. **The Uses of Haiti.** Monroe: Common Courage Press, 1994.

FERGUSON, James. **Papa Doc, Baby Doc:** Haiti and the Duvaliers. Nova York: Basil Blackwell, 2010.

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou Vilões?** O abuso e exploração sexual por militares de paz da onu. 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0710402\\_09\\_Indice.html](https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0710402_09_Indice.html). Acesso em: 10 jan. 2023.

GALLAS, Daniel. **ONU investigou três vezes acusação contra soldado brasileiro.** 2006. BBC Brasil. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061130\\_haiti\\_dg](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061130_haiti_dg). Acesso em: 18 set. 2022.

GAYE, Bri Kouri Nouvèl et al. Haiti's Renewal of MINUSTAH's Mandate in Violation of the Human Rights of the Haitian People. **United Nations Universal Periodic Review**, 2011.

GIANINNI, Renata Avelar. COSTA, Ivana Mara Ferreira. **A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH.** In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). TEIXEIRA, Col. Carlos Augusto Ramires (org.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p. 75-83, 2017. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover gênero para consolidar a paz:** a experiência brasileira. Artigo Estratégico n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014. Disponível em: . Acesso em: 20 de nov. de 2022.

GREENE, Anne. Haiti: historical setting. In: METZ, Helen Chapin (ed.). **Dominican Republic and Haiti:** country studies. Washington, DC: Federal Research Division, 2001.

HAMANN, Eduarda; GARBINO, Henrique; FOLLY, Maiara. **Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido.** Instituto Igarapé, 2017.

Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/04/AE-24\\_Confian%C3%A7a-em-desenvolvimento-14-04-web.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/04/AE-24_Confian%C3%A7a-em-desenvolvimento-14-04-web.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Feminismo em RI. In: JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 335-340.

JENNINGS, Kathleen M.; BØÅS, Morten. Transactions and interactions: Everyday life in the peacekeeping economy. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 9, n. 3, p. 281-295, 2015.

KOLBE, Athena R. et al. Mortality, crime and access to basic needs before and after the Haiti earthquake: a random survey of Port-au-Prince households. **Medicine, conflict and survival**, v. 26, n. 4, p. 281-297, 2010.

KOLBE, Athena R. It's Not a Gift When It Comes with Price: A Qualitative Study of Transactional Sex between UN Peacekeepers and Haitian Citizens". **Stability: International Journal of Security & Development**, v. 4, n. 1, p. 1-26, 2015.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf?sequence=..>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LOPES, Hayley. **Militarized masculinity in peacekeeping operations**: An obstacle to gender mainstreaming. Eldis, 2011.

MARTIN, Sarah; GANTZ, Peter; MARTIN, Sarah. Haiti: Sexual exploitation by peacekeepers likely to be a problem. **Refugees International**, v. 7, 2005. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/47a6eeb40.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996)**: dos antecedentes ao cumprimento do mandato. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Pucsp), São Paulo, 2008. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96293/matijascic\\_vb\\_me\\_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96293/matijascic_vb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 nov. 2022.

MINTZ, Sidney W. Can Haiti Change?. **Foreign Affairs**, p. 73-86, 1995.

MONTE, Isadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010\\_IzadoraXavierMonte.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

MONTEIRO, Giovanna Lucio; ZUCATTO, Giovana Esther. **Uma entrevista com Cynthia Enloe**: conjuntura internacional e futuro da pesquisa feminista. conjuntura internacional e

futuro da pesquisa feminista. 2020. Disponível em: <https://ofri.com.br/uma-entrevista-com-cynthia-enloe/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ONU MULHERES. **Paz e segurança**. 2014. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 08 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 25 set. 2022.

PETERSON, V. Spike; RUNYAN, Anne Sisson. **Global Gender Issues**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1999.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A Atuação Militar Brasileira na Minustah**: estratégias de enfrentamento das gangues no haiti. 2015. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/4484-a-atuacao-militar-brasileira-na-minustah-estrategias-de-enfrentamento-das-gangues-no-haiti>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

REBELO, Tamya Rocha. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 817-837, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gQwknRkvX8jVWRwwdX3Gfvz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

SÁ, Jessica Espíndola de. **A Decisão Brasileira De Participar Da Minustah**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Jessica%20Esp%C3%ADndola%20de%20S%C3%A1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SARWAR, Nadia. Emerging challenges to the UN peacekeeping operations: Post-2000. **Strategic Studies**, v. 27, n. 4, p. 210-234, 2007.

SCHMIDT, Hans. **The United States Occupation of Haiti, 1915-1934**. News Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

SIMIC, Olivera. **Regulation of sexual conduct in UN peacekeeping operations**. Berlim: Springer Science & Business Media, 2012.

SJOBERG, Laura. **Gender and international security**. Feminist Perspectives. Nova York: Routledge, 2010.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (ed.). **Gender, War and Militarism: feminist perspectives**. Santa Barbara: Abc-Clio, 2010.

SMITH, Charles Anthony; SMITH, Heather M. Human trafficking: The unintended effects of United Nations intervention. **International Political Science Review**, v. 32, n. 2, p. 125-145, 2010.

SOARES, Gabriel Oliveira. **Brasil no Haiti um caso de sucesso: análise da missão das nações unidas de estabilização do haiti à luz do direito**. 2019. 55 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14077/1/21503631.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

STARGARDTER, Gabriel. **Bolsonaro nomeia militares que estiveram no Haiti para governo e pode repetir estratégia de segurança**. 2018. Reuters. Disponível em:

<https://www.reuters.com/article/politica-helene-haiti-idLTAACN1NY2BC>. Acesso em: 17 dez. 2022.

STARGARDTER, Gabriel. **General Augusto Heleno, futuro ministro, liderou missão polêmica no Haiti**. 2015. Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/general-augusto-helene-futuro-ministro-liderou-missao-polemica-no-haiti/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

STATISTA. **Gross domestic product (GDP) in Latin America and the Caribbean in 2021, by country**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/802640/gross-domestic-product-gdp-latin-america-caribbean-country/>. Acesso em: 13 out. 2022.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: feminist perspectives on achieving global security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A century of international relations feminism: from World War I women's peace pragmatism to the women, peace and security agenda. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 2, p. 221-233, 2018.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Moraes. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RDnBBGSDCQHczJ4XRzpx9nL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2022.

UNHCR. **Secretary-General's Bulletin: Special Measure for protection from sexual exploitation and abuse**. UNHCR, 2003. Disponível em <http://www.unhcr.org/protection/operations/405ac6614/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation.html>. Acesso em 10 jan. 2023.

UNITED NATIONS. **UN marks anniversary of devastating 2010 Haiti earthquake**. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/01/1109632>. Acesso em: 17 set. 2022.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Trafficking in Persons Report 2010 - Haiti**. Refworld, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RDnBBGSDCQHczJ4XRzpx9nL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. A Minustah e participação brasileira. **Revista Senso Comum**, n. 1, p. 22-37, 2009. Disponível em: <https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/6/4>. Acesso em: 14 dez. 2022.

WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. **História da América Latina**: do Descobrimento a 1900. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

WHITWORTH, Sandra. **Men, militarism, and UN peacekeeping**: A gendered analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

WILLIAMS, Mike. **Fears over Haiti child 'abuse'**. 2006. The Guardian. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/6159923.stm>. Acesso em: 17 set. 2022.

YILMAZ, Muzaffer Ercan. UN peacekeeping in the post-Cold War Era. **International Journal On World Peace**, v. 22, n. 2, p. 13-28, 2005.